



Presidente Arturo Frondizi

ARGENTINA : TRABALHADORES VÃO À GREVE EM DEFESA DO PETROLEO

APESAR DO ESTADO DE SITIO DECRETADO POR FRONDIZI, ESTENDE-SE O MOVIMENTO DE PROTESTO CONTRA AS CONCESSÕES AOS TRUSTES IANQUES (Texto na 2a. página)



PARA OS 10 MILHÕES DE TONELADAS! A juventude chinesa está empenhada numa tarefa grandiosa: contribuir para dar a seu país, este ano, 10 milhões e 700 mil toneladas de aço. Esta cifra representa um aumento de mais do dobro da fundição de aço na China em relação ao nível do ano passado. Na foto, vemos jovens metalúrgicos chineses conversando com Chu En-lai. (Leia reportagem de Maria da Graça, na 9a. pág.)

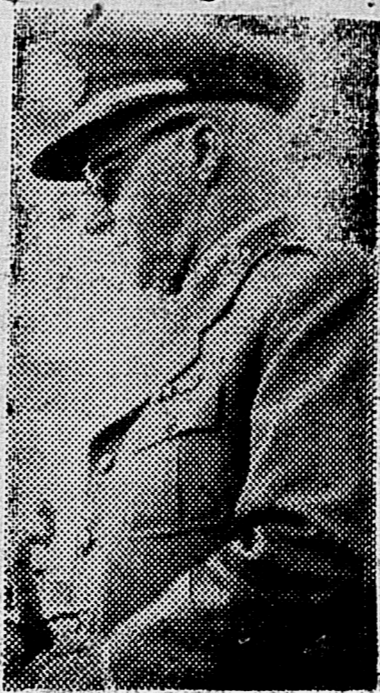
VOZ OPERÁRIA

Nº 492 ☆ Rio de Janeiro, 15 de Novembro de 1958 ☆

«CRISE DA AERONAUTICA» :

FIM MELANCÓLICO DE UMA PROVOCAÇÃO

NA PÁGINA CENTRAL



Trabalhadores Criticam o Governo e Exigem Aumento de Salários

TEXTO NA 12a. PÁGINA

Pasternak:
«Encontrarei Em Mim
Fôrças Para
Reabilitar o Meu
Nome»

MATÉRIA NA 3a. PÁGINA

PREÇO
do Exemplar
3 ⁰⁰

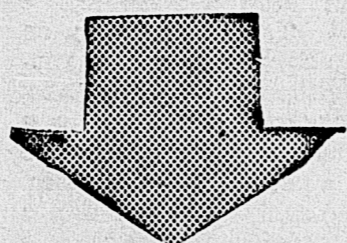
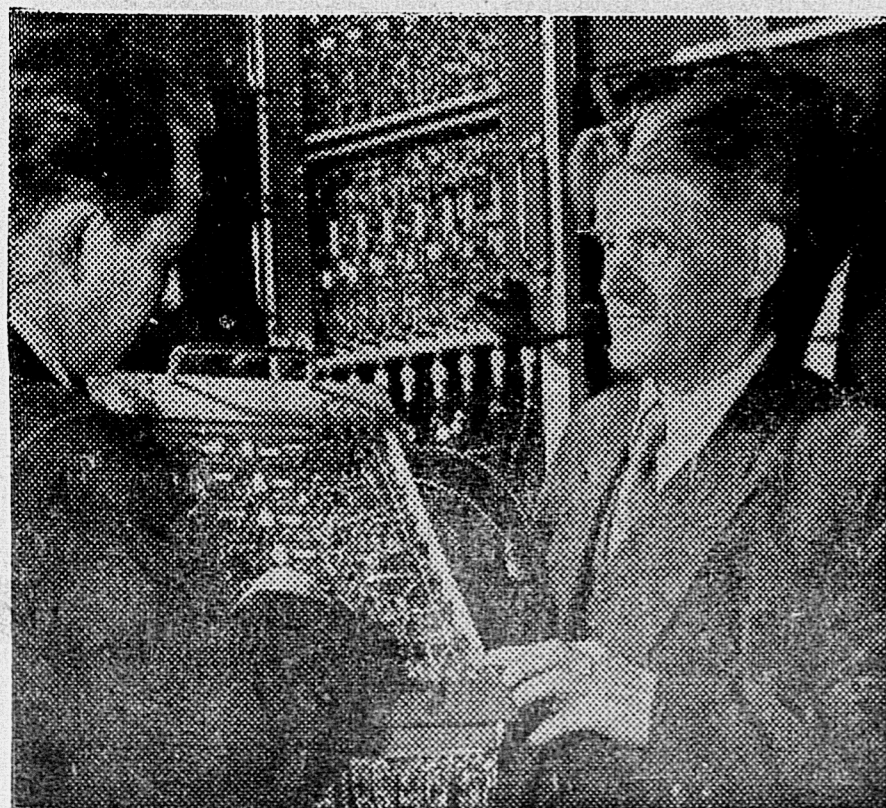
1958:
GRANDES SUCESSOS DO
SOCIALISMO NA URSS

Discurso de MIKOIAM
na página Central



A. MIKOIAN, Vice-primeiro ministro da URSS

Prêmio Nobel de Física



O FÍSICO SOVIÉTICO PAVEL TCHERENKOV, inventor dos famosos "Contadores Tcherenkov", usados nos sputniks soviéticos para estudos de fenômenos físicos relacionados com os raios-gamma. A Academia de Ciências da Suécia concedeu a Tcherenkov e a seus companheiros, os físicos Igor Tamm e Iliã Frank, o Prêmio Nobel de Física. Tcherenkov, que aparece na foto (agência TASS) ao lado do candidato em ciências físicas Ado, no seu laboratório, em Moscou, onde prossegue os estudos neste terreno.

O LITÍGIO ALEXINIO X JANARI E A DEFESA DO MONOPÓLIO ESTATAL

(EDITORIAL NA 3a. PÁGINA)

Fortuny
Quer Morar
No Brasil

Texto na 5a. pág.

RAIO X DAS INSTRUÇÕES
166 E 167 DA SUMOC

Um golpe que atinge em cheio a industrialização do país, em favor dos monopólios imperialistas

OPERÁRIOS ARGENTINOS EM GREVE CONTRA AS CONCESSÕES AOS TRUSTES

A luta dos operários argentinos contra a entrega do petróleo de seu país aos trustes internacionais está evidenciando, aos olhos do mundo, o fato marcante da atual evolução da América Latina: o aparecimento da classe operária como vanguarda efetiva da defesa dos interesses nacionais.

No momento em que redigimos essa nota, a situação no país vizinho não está bem definida, e as agências "noticiosas" internacionais, notadamente interessadas em abafar esse tipo de notícias, ainda trazem uma contribuição própria para a confusão dos dados. Mas um fato é líquido: os governos latino-americanos já puderam aprender que não é mais fácil, hoje, entrar abertamente na linha entreguista.

Todos os detalhes da história atuam para esclarecer esse aspecto da lição que estão aprendendo, na Argentina, os governantes da América Latina. A começar pelo impacto do anúncio, por Frondizi, em julho último, dos contratos — concessões territoriais mascaradas em locações de serviços — com o Banco Loeb, o grupo Atlas, e outros ramos ianques dos trustes petrolíferos internacionais. Todos os grupos políticos e de opinião argentinos, com exceção do Partido Comunista e de uns poucos setores nacionalistas mais advertidos, quedaron-se boquiabertos e paralisados pela surpresa.

Foi talvez a mais hábil manobra já conseguida pelos trustes, que, entretanto, são pródigos em manobras hábeis. Conseguiram utilizar-se de um nome conhecido e admirado em todo o Continente, por trinta anos de lutas anti-imperialistas. Além disso, envolveram numa terminologia nebulosa e equívoca os contratos de concessões, para que o governo argentino pusesse empenhar-se, diante da opinião pública, em provar que o monopólio estatal do petróleo estará resguardado; permitiram inclusive o luxo de passar no Congresso — enquanto tentavam liquidá-lo na prática — uma lei que consagra formalmente a "propriedade inalienável da nação sobre as riquezas do solo e do subsolo". E, mais ainda, conseguiram ludibriar muitos nacionalistas honestos, assi-

nando um acordo para compra de equipamentos na União Soviética, e colocando «no mesmo saco» o acordo de governo a governo, com a URSS, e as concessões de exploração a empresas particulares.

Assim, não surpreende que toda a cúpula do governo tenha assistido passivamente às negociações e assinaturas preliminares dos contratos de concessão, que o Congresso tenha silenciado sobre eles, e que a imprensa e quase todos os partidos políticos, sobretudo nos primeiros meses após o discurso de julho, tenham aplaudido, ou calado a tração de Frondizi. O Partido Comunista da Argentina ficou completamente isolado, quando saiu em praça pública denunciando a verdadeira espoliação a que se queria submeter o país.

Quando todos — governo, burguesia, Congresso e, mesmo, grandes setores do movimento sindical — haviam caído, quando tudo parecia caminhar às maravilhas para os trustes, levanta-se daquele modesto e corajoso grupo de operários de Mendoza o grito de Alarma. Eles eram os operários do petróleo, os que sentiam na própria carne a liquidação da YPF, (empresa nacional de petróleo) e arriscariam a vida para defendê-la. E o dito foi feito. Já no dia 1º de novembro, todos os centros de exploração, refino e distribuição de petróleo da província de Men-

doza estavam paralisados, enquanto não fossem denunciados os acordos de Frondizi.

Conhecemos a seqüência. Em poucos dias, todos os sindicatos de trabalhadores no gás e no petróleo da Argentina se integraram no movimento partido de Mendoza, e marcaram uma greve geral de 48 horas, para o dia 11. Mas o movimento não se limitou a essas duas categorias de trabalhadores. Eram todos os sindicatos que ameaçavam sair para a greve geral. Até mesmo Peron, de seu exílio, sentindo que o movimento se fazia com ele, ou sem ele, resolveu também «denunciar» o recuo de Frondizi. E este viu que não tinha outra saída senão suspender, na véspera de greve geral, a assinatura dos contratos com as empresas ian-

ques, a qual estava marcada para o dia seguinte.

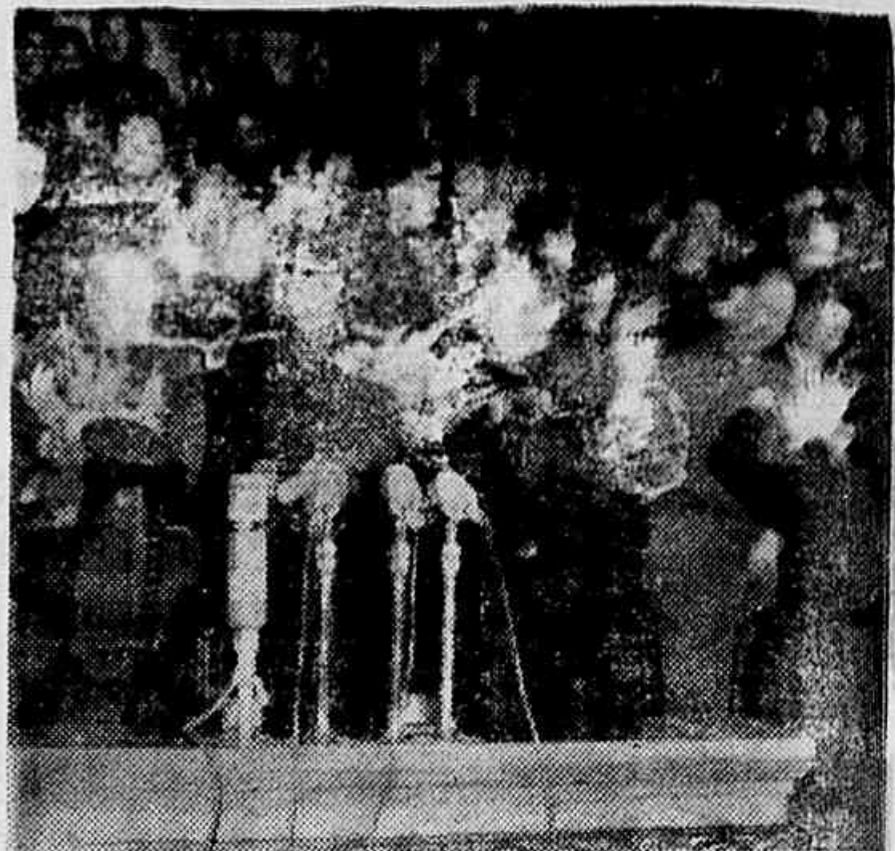
E bem verdade que a promessa de Frondizi aos líderes sindicais está invalidada pela decretação do «estado de sítio» em todo o país, o que lhe dará cobertura legal para mobilizar militarmente os trabalhadores. As medidas antidemocráticas já foram iniciadas. Logo após a decretação do estado de sítio, informava-se a prisão de cerca de mil pessoas, enquanto outras 500 estavam sob vigilância policial. Quer dizer: Frondizi enfraquece seriamente sua base de massa e, desta forma, coloca-se cada vez mais à mercê dos trustes petrolíferos americanos. Uma coisa, porém, é certo: ele não cederá sem resistência às exigências dos imperialistas ianques. Os patriotas argentinos estão alertas. A prova de força está lançada.

ACÔRDO ARGENTINO-SOVIÉTICO FAVORECE O PAÍS VIZINHO

- ★ 400 milhões de rublos (100 milhões de dólares) de equipamentos petrolíferos
- ★ modelo de relações internacionais sem imposições
- ★ pagamento em produtos argentinos

A 27 de outubro findo foi assinado em Moscou um importante acordo soviético-argentino. Subscreveram-no os senhores José Liceaga, chefe de uma delegação comercial argentina que foi à URSS, e Nicolai Patólitchev, chefe da delegação soviética que entabulou as negociações com os argentinos.

Por esse acordo a União Soviética fornecerá à Argentina 400 milhões de rublos (aproximadamente 100 milhões de dólares) em equipamentos para a indústria de petróleo. O equipamento consta de estações sísmicas, turbo-perfuratrizes, bombas compressores, instalações eletrotécnicas, motores e meios de transportes, etc.



OS ÚLTIMOS VOLUNTÁRIOS CHINESES — Acabam de deixar a Coreia os últimos voluntários do povo chinês que ajudaram os coreanos a defender sua independência contra a agressão dos Estados Unidos. Na Coreia dividida, ainda se encontram as tropas americanas, sob o rótulo de "tropas da ONU". A China propôs aos americanos que, num gesto de boa vontade pelo alívio da tensão internacional, evacuem também suas tropas, que ainda ocupam a parte sul da Coreia.

posta pela URSS. Neste sentido, é um desmentido completo aos adversários de nossas relações comerciais com a União Soviética, quando alardeiam que a URSS procura vantagens de caráter político, nas suas transações com os demais países. No caso da Argentina, a base do acordo foram as vantagens econômicas recíprocas, sendo naturalmente muito mais favorável à Argentina, pois a URSS leva em conta o fato de tratar-se de um país subdesenvolvido, aos quais tem mostrado sempre sua disposição de prestar ajuda incondicional.

CONTRASTE COM OUTROS ACÓRDOS

Recentemente, o presidente Frondizi concertou uma série de acordos com companhias particulares norte-americanas no domínio petrolífero. Através dos referidos acordos, capitais monopolistas estrangeiros conseguiram importantes concessões para a exploração de fontes de petróleo no país vizinho, golpeando desta forma o monopólio estatal e, naturalmente, criando uma grave ameaça à própria soberania argentina. Quer dizer, somente graças a concessões prejudiciais aos interesses argentinos, as empresas norte-americanas declinaram «ajudar» aquele país.

Em resumo, o acordo concluído entre a Argentina e a URSS vem comprovar na prática que a União Soviética, tal qual afirmava há pouco Nikita Kruschiov ao jornalista brasileiro Murilo Marroquim («Diários Associados») está disposta a manter relações mutuamente proveitosas com todos os países da América Latina, Brasil inclusive.

Vitórias da Construção Socialista

«Vitórias maravilhosas na construção do socialismo estão sendo conquistadas pelos trabalhadores da República Popular da China e de outros países de democracia popular. O crescimento impetuoso das forças produtivas nesses países pode ser avaliado por estas cifras: de 1950 a 1957, na China, a produção industrial aumentou em 7,7 vezes; na Polónia, em comparação com o pré-guerra, mais de 5 vezes; na Bulgária, quase 8 vezes; na Rumania, 3 e meia vezes; na Albânia, mais de 15 vezes.

Grande êxito na construção socialista foram alcançados também pela República Democrática Alemã — graças à vitória da socialização do país — e pela vitória do socialismo na Coreia do Norte. O crescimento das forças produtivas nesses países pode ser avaliado por estas cifras: de 1950 a 1957, na China, a produção industrial aumentou em 7,7 vezes; na Polónia, em comparação com o pré-guerra, mais de 5 vezes; na Bulgária, quase 8 vezes; na Rumania, 3 e meia vezes; na Albânia, mais de 15 vezes.

Crônica Internacional

CONTRIBUIÇÃO DA URSS A REUNIFICAÇÃO ALEMÃ

A semana que finda foi assinalada por um acontecimento internacional destinado a repercutir decisivamente sobre o futuro da paz na Europa e no mundo, mas sobretudo na Europa. Referimo-nos a declaração do Primeiro Ministro soviético Nikita Kruschiov anunciando a decisão da URSS de pôr fim à ocupação de Berlim, passo que deveria ser seguido pelos Estados Unidos, Inglaterra e França.

A declaração de Kruschiov repercutiu como uma bomba nos meios políticos do Ocidente. Portavozes americanos, ingleses e franceses não puderam ocultar a surpresa meio alarmada e o descontentamento dos seus respectivos governos. E a propaganda da «guerra fria» procurou logo acusar o governo soviético de querer agravar a situação em Berlim, criar um novo foco de atritos internacionais. Enquanto isso, alguns jornais, entre nós, tentam silenciar a medida soviética, julgando que assim diminuir a repercussão e as consequências que inevitavelmente terá.

Estes tipos de reação ante a decisão do governo soviético demonstram que as potências ocidentais sentem a terra trêmula sob os pés no coração da Europa.

A medida anunciada pela URSS é a mais legítima possível. Resulta de uma situação de fato: o rompimento, de há muito, do Tratado de Potsdam pelos Estados Unidos, Inglaterra e França. Era segundo esse tratado que as 4 potências deveriam ocupar conjuntamente Berlim depois da guerra. Mas o mesmo tratado determinava também, expressamente, que era dever das 4 potências desmilitarizarem e democratizarem a Alemanha, não permitirem mais o ressurgimento do militarismo e do nazismo no país que teve a iniciativa no desencadear de duas sangrentas e destruidoras guerras mundiais.

Em violação flagrante ao tratado de Potsdam, as potências ocidentais vêm rearmando a Alemanha Ocidental, incluíram-na no pacto de guerra do Atlântico Norte, dotam-na de armas atômicas, nela instalam bases de foguetes, legatões. Criminosos nazistas dos mais reputados voltaram a cargos de responsabilidade no governo de Adenauer, e o general nazista Speidel, notório emissário dos herdeiros de Hitler, teve as honras de comando das forças da OTAN. Enquanto na República Democrática Alemã foram eliminadas as bases do ressurgimento do fascismo, na Alemanha Ocidental ganham visibilidade as mesmas fontes que geraram o nazismo. Os rearmamentos, instalações

no governo de Adenauer, falam abertamente numa nova «cruzada» para o Leste, sob o pretexto de restaurar as antigas fronteiras pretendidas por Hitler.

Significarão estes fatos que o problema alemão é insolúvel por meios pacíficos?

De forma alguma. E neste pressuposto é que o governo soviético tem tomado uma série de iniciativas e feito numerosas propostas concretas, cujo ponto de partida é este: cabe aos alemães resolverem eles mesmos os problemas que lhes dizem respeito. Em primeiro lugar está a reunificação da Alemanha. A URSS e o governo da República Democrática Alemã já fizeram numerosas gestões junto às potências ocidentais e a Adenauer para que se entendam diretamente representantes dos dois Estados alemães.

Acaba de revelar-se em Berlim que nos últimos tempos tiveram lugar contactos entre um Ministro do governo de Bonn (cujo nome não foi ainda dado a conhecer) e representantes do governo da RDA. Tratou-se então de uma declaração dos dois governos afirmando que a reunificação alemã deveria ser feita pacificamente. Para isso, cessaria a remilitarização da Alemanha Ocidental, Bonn abandonaria a OTAN e seriam dados outros passos de caráter pacífico como condição prévia para o entendimento. Se este não foi possível até agora, é mais que evidente, o maior empecilho é o obstinado propósito das potências ocidentais e dos círculos reacionários de Bonn de fazerem da Alemanha Ocidental uma base de guerra e de Berlim seu pósto avançado na Europa Central.

Por isso mesmo, a nova medida do governo da URSS causa pânico em Washington, Londres e Paris. Mais uma vez é posta a prova a sinceridade das potências ocidentais quando alardeiam que querem a paz e a unificação da Alemanha. Uma demonstração concreta neste sentido acaba de ser dada pela União Soviética decidindo entregar aos próprios alemães a administração de Berlim. Moscou é coerente com a sua política orientada no sentido de que deve oferecer aos próprios alemães — através de seus dois Estados — a solução pacífica do problema alemão.

Nesta solução estão interessados vitalmente não somente os povos europeus, mas todos os povos, como um problema que afeta diretamente a batalha da guerra e da paz em âmbito mundial.

CARTAS DE PASTERNAK A KRUSCHIOV E A "PRAVDA"

Durante semanas a fio, a pretexto do "caso Pasternak", os inimigos do socialismo e da União Soviética desencadearam contra a URSS a mais violenta campanha de ódio e mentiras. Procurando esconder o caráter abertamente político e provocador da concessão do Prêmio Nobel a Boris Pasternak os porta-vozes do anti-sovietismo, fazendo o jogo dos interessados na guerra fria contra a URSS, insistiram em apresentar as coisas como se aquele escritor tivesse a sua própria vida posta em risco e fosse compelido pelo Estado a recusar o prêmio, que ele mesmo caracteriza agora como um "ato político" hostil à União Soviética. Ainda terça-feira, por exemplo, o conhecido vende-pátria Augusto Frederico Schmidt, em artigo publicado no "O Globo", tinha a desfaçatez de afirmar que o poder soviético decidira "cortar os viveres" para Pasternak, que sua "vida estava ameaçada" e que "a solução do escritor se tornara impossível".

Nada melhor para desfazer toda essa onda de infâmias do que o próprio depoimento de Boris Pasternak — que, assinale-se, a chamada "grande imprensa" e os falsos defensores da "liberdade de criação" ignoram por completo.

O testemunho do escritor russo está contido nas cartas por ele dirigidas a N. S. Kruschiov e à redação do jornal "Pravda". Reproduzimo-las abaixo, na íntegra, para conhecimento dos nossos leitores.

A Carta a Kruschiov

*A Nikita Serguéievitch Kruschiov:

Prezado Nikita Serguéievitch:

Dirijo-me a você pessoalmente, ao Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética e ao governo soviético.

Pela declaração do camarada Semitchástni tive conhecimento de que o governo "não opõe qualquer obstáculo à minha saída da URSS".

Para mim isto é impossível. Estou ligado à Rússia pelo nascimento, pela vida, pelo trabalho.

Não imagino meu destino separado e fora da Rússia. Quaisquer que tenham sido os meus erros e equívocos, não podia pensar que me tornaria o centro de semelhante campanha política que desencadearam em torno de meu nome no Ocidente.

Ao tomar conhecimento disso, dei a conhecer à Academia Sueca minha recusa voluntária ao prêmio Nobel.

Sair das fronteiras de minha Pátria significaria para mim a morte, e por isso peço não seja adotada a meu respeito esta medida extrema.

Pondo a mão no coração: fiz algo pela literatura soviética e ainda lhe posso ser útil.

B. Pasternak
31 de outubro de 1958".

É o seguinte o texto integral da Declaração da agência TASS:

"A propósito da publicação, hoje, na imprensa, de

tárias tôcas as atitudes tomadas por mim acerca da concessão do Prêmio Nobel.

A atribuição do Prêmio Nobel foi recebida por mim como uma distinção literária. Alegrei-me por isso e manifestei esse sentimento no telegrama que dirigi ao secretário da Academia Sueca, Anders Esterling, Enganei-me, porém. Havia motivos para enganar-me, pois minha candidatura ao referido prêmio havia sido apresentada já antes, há cinco anos, quando meu romance ainda não existia.

Transcorrida uma semana, porém, quando me dei conta das proporções que adquiria a campanha política desencadeada em torno do meu romance, compreendi que a atribuição desse prêmio era um ato político que havia conduzido a consequências monstruosas. Renunciei, então, voluntariamente a esse prêmio, por minha própria iniciativa e sem ser constrangido por quem quer que seja.

Em minha carta a Nikita Kruschiov afirmo que eu estou ligado à Rússia por meu nascimento, minha vida e meu trabalho. Abandoná-la e marchar exilado para o estrangeiro é para mim inconcebível. Ao falar desses vínculos com a Rússia eu tenho em conta não só a afinidade com a sua terra, mas também, naturalmente, com o seu povo, com o seu passado, com o seu glorioso presente e com o seu futuro. Mas entre mim e esses vínculos se ergueu o muro dos obstáculos que, por minha própria culpa, o romance criou.

Jamais tive o propósito de causar prejuízo a meu Estado e a meu povo. A redação de "Novii Mir" advertiu-me de que meu romance poderia ser interpretado pelos leitores como uma obra dirigida contra a Revolução de Outubro e os fundamentos do regime soviético. Não o compreendi, o que lamento agora.

Com efeito, tendo-se em conta as conclusões decorrentes de uma análise crítica do romance, resulta que nele eu apoio, segundo parece, teses errôneas como a de que toda a revolução é um fenômeno histórico ilegítimo, de

Corrijam-se os Erros, Mas Não Se Toque na Petrobrás

O relatório-denúncia enviado pelo coronel Alexínio Bittencourt ao presidente da República a respeito da orientação do coronel Janari Nunes à frente da Petrobrás tornou pública uma situação de indistigável gravidade em setor administrativo que responde pela solução de problemas decisivos para a nação. É que, quaisquer que sejam as causas determinantes do litígio e os objetivos visados pelo seu autor, sob a mira das divergências se coloca inevitavelmente a política nacional do petróleo. A crise administrativa se manifesta, assim, em terreno onde se assenta uma das bases da nossa emancipação econômica, que, por isso mesmo, tem merecido, de um lado, a defesa vigilante das forças patrióticas e tem estado, de outro lado, sob o permanente ataque dos inimigos do progresso e do desenvolvimento independente do país. Daí a gravidade da situação e a necessidade de ser enfrentado o debate do ponto de vista não dos interesses nacionais, de forma a assegurar em toda a sua inteireza a aplicação da política do monopólio estatal do petróleo.

PARECE-NOS ilegível que a atual direção da Petrobrás vem se conduzindo no sentido da aplicação e da defesa da política do monopólio estatal da indústria petrolífera. Não se trata apenas da preocupação — já por si patriótica e elogiável — que a administração da empresa releve em destacar que o caminho seguido pelo nosso povo, ao subtrair o petróleo da exploração dos trusts imperialistas, é o único acertado e conveniente à conquista da nossa emancipação econômica. Mais do que isso. Os resultados concretos alcançados pela Petrobrás, seus êxitos irrefutáveis, constituem a melhor resposta, porque alicerçada em fatos, ao derrotismo espalhado pelos entreguistas, para os quais o fracasso da solução estatal seria transformado em argumento definitivo para a passagem de nossas riquezas em ouro negro às mãos da Standard Oil.

ISTO não significa, entretanto, que os êxitos possam aobertar erros por ventura praticados pelo coronel Janari Nunes à frente da empresa. A defesa de uma política patriótica não se confunde com a defesa de pessoas. Se foram cometidos desacertos e irregularidades, o próprio interesse do futuro da Petrobrás exige que

tudo se apure e sejam tomadas as medidas capazes de assegurar a correção necessária e de impedir a repetição de erros. Em qualquer hipótese, deve ser sempre resguardada a inviolabilidade da Petrobrás, mantida sem desvio a política do monopólio estatal. E em nenhum caso se pode permitir que, sob este ou aquele pretexto, venha a ser aberta uma brecha nesse setor da luta nacionalista de nosso povo.

EM seu relatório, o coronel Alexínio Bittencourt apresenta fatos e sugere medidas concretas. As acusações e as sugestões merecem exame, sob o critério a que já nos referimos. Atribui-se, porém, ao presidente do Conselho Nacional do Petróleo a intenção de desviar, para empresas privadas que se encarregariam de explorar o petróleo boliviano, dólares da receita cambial destinada à Petrobrás. Há mesmo passagens do relatório que deixam entrever essa orientação. Com ela não podem, evidentemente, concordar os nacionalistas. Se as divisas destinadas à Petrobrás não estão tendo emprego plenamente satisfatório, trata-se então de garantir a sua mais eficiente utilização e nunca de restringi-las. Pois restringi-las significaria, em última análise, o enfraquecimento da empresa estatal, pela diminuição dos recursos colocados à sua disposição. Enfraquecer a Petrobrás só atende aos interesses dos que pretendem destruí-la.

A experiência de todos os povos, vivida também pelo povo brasileiro, mostra que o imperialismo não perde oportunidade nem resusa qualquer meio quando se trata de lutar pelos seus objetivos colonizadores. Usa, com persistência, de todos os processos. O caso da Argentina, sempre apontado pelo entreguismo como exemplo para o nosso país, constitui uma lição, já agora em cores bastante vivas; das consequências a que leva o caminho das concessões aos monopólios estrangeiros. A crise administrativa provocada pelo relatório-denúncia do presidente do C.N.P. contra o presidente da Petrobrás se desenvolve dentro dos próprios setores mais responsáveis pela aplicação da política do monopólio estatal do petróleo. Essa circunstância torna necessária redobrada vigilância e firme participação de todas as forças nacionalistas no sentido de impedir que, a pretexto de corrigir erros, seja facilitada qualquer manobra contra a Petrobrás e o monopólio estatal.

B. Pasternak
5 de novembro de 1958

semana PARLAMENTAR PAULO MOTA LIMA

Afirmando que ao abordar o assunto era assaltado pelo temor de cair no terreno do preciosismo e da terminologia empolada, «principalmente por ser baiano», o professor Alomar Baleeiro criticou o Plano de Estabilização do sr. Lucas Lopes. Disse que em seu Estado a taxaça da propriedade territorial, segundo está prevista no Plano, obedece a um critério arbitrário, que em alguns casos poderá levar ao confisco de pequenas fazendas.

Outros capítulos do Plano, como o referente ao imposto do selo, foram também criticados pelo representante da Bahia, que anunciou, da tribuna, a presença na casa de um grupo de deputados ao Parlamento argentino, em visita a nosso País. Esses parlamentares foram introduzidos no plenário, onde passaram a assistir aos trabalhos.

Tratemos porém das atividades dos caboclos de casa. Anda a Câmara às voltas com aprovação do Orçamento, realizando sessões matutinas, vespertinas e noturnas. A elaboração da proposta orçamentária é sempre um trabalho penoso. Os partidos não trabalham como partidos, nem as lideranças funcionam como tal. De sorte que nas cabeças dos 326 deputados há pelo menos 326 sentenças. Assim, uma emenda pela qual se bata demagógicamente um só deputado pode servir de motivo para que toda uma sessão seja infrutífera, com um ou mais pedidos de verificação de votação.

A ordem do dia apresentava na última semana mais de setenta matérias em votação e mais de quarenta em discussão. Entre elas um bom número de créditos suplementares, for-

A Crise Prefabricada e a Grita Contra o Plano de Estabilização

mando um pequeno orçamento paralelo, ou piolho de tubarão. Entre as matérias importantes, a cédula única, para ser submetida a segunda votação e uma convocação do sr. Lucas Lopes a fim de deitar falatório, com o pernosticismo e a má fé que Deus lhe deu e os americanos aprimoraram, sobre a política da Superintendência da Moeda e Crédito.

O «caso da Aeronáutica» mobilizou, como não podia deixar de acontecer, o líder da UDN, ferido de raspão no calcanhar quando da morte do major-aviador Florentino Vaz. Não só o líder falou, Houve também preliminares a cargo do brilhante estilista Frota Aguiar, do segundo time da eterna vigilância.

Lacerda ligou a situação econômico-financeira à crise pré-fabricada. Como poderia acontecer o que aconteceu sem que o líder da UDN previesse tudo, com admirável perspicácia? Eis porque o Côrvo informa, cheio de si: «A crise econômica e financeira produz agora os resultados que há tempo anunciamos, mas fomos sobranceiramente desprezados em nossos anúncios por um governo que fazia profissão de fé e de otimismo, não de trabalho».

Há três anos o sr. Carlos Lacerda anunciava diariamente em seu jornal «a revolução». E quando o sr. Eduardo Gomes, cedendo a visível inclinação para a aposentadoria, não afina com o diapasão alucinado do Côrvo, a «Tribuna da Imprensa» agredia e bonzo ilustre e toda a irmandade udnista.

Agora Lacerda bota anúncios, avisando o governo sobre o que vai acontecer, em matéria de fatos e implicações mais ou menos remotas.

Depois de velho, esse Diabo, que desde menino já foi tanta coisa feia, fez-se ermitão.

Com a morte do sr. Carlos Albuquerque foi eleito o sr. Fonseca e Silva (cônego Trindade) para o cargo de presidente do Bloco Ruralista da Câmara. Sobre a eleição falou, em plenário, o próprio sr. Fonseca. Cometendo o pecado venial da falta de humildade cristã, o deputado Trindade afirmou, assim como quem anunciava um dogma: «De uma coisa podemos estar certos: não os decepçioneis!».

Houve no mesmo discurso outras afirmações de importância. O novo presidente proclamou que «qualquer de seus companheiros que claudicar não será um ruralista digno». Fica desse modo estabelecido que deputado ruralista não claudica. Visível superioridade sobre os deputados do asfalto, que usam sapato apertado.

De vários pontos do Brasil, ainda é do cônego Trindade a informação, a Presidência do Bloco Ruralista vem recebendo telegramas, «no sentido de que o Bloco se una: e graças a Deus ele está unido».

Mesmo porque, desunidos, os ruralistas da Câmara delxariam de constituir um bloco.

O pequeno discurso do sr. Fonseca e Silva registrou protestos dos fazendeiros contra a taxaça de propriedades previstas no Plano de Estabilização do sr. Lucas Lopes.

CAFÉ: QUINTUPLICARAM OS PREÇOS SALÁRIOS: APENAS DUPLICARAM

O contraste entre a situação de um rebaixado punhado de grandes fazendeiros e a da inumerável massa de colonos e assalariados

No norte do Paraná, não é menos visível que em outras partes o contraste entre a miséria e a riqueza, coexistindo lado a lado. Num polo, uma minoria de grandes fazendeiros, auferindo lucros polpidos, apesar de certas dificuldades que ele próprios deliberadamente exageram, opõe-se a um sem número de colonos e assalariados mal pagos e impiedosamente explorados. Ainda recentemente, quando da chamada "Marcha da Produção", essa diferença brutal elevou-se a um nítido primeiro plano. Não obstante terem os fazendeiros incluído no temário das reivindicações uma vaga exigência de "assistência aos trabalhadores rurais", o fato é que os colonos e assalariados não se deixaram enganar pelo doirado da pilula. Ao contrário, em difíceis condições, dentro das fazendas onde a lei não conta, milhares e milhares de assalariados e colonos subscreveram um manifesto, repudiando a "Marcha" e por um motivo bem simples: não tinham por que se envolver numa campanha que nenhum benefício concreto lhes traria.

COMO ARGUMENTAM OS COLONOS?

Para conseguir o apoio dos trabalhadores à sua iniciativa, alegaram os fazendeiros que, se conquistadas as reivindicações apresentadas (a principal da qual era a eliminação do chamado "confisco cambial"), receberiam os assalariados e colonos melhor remuneração ao seu trabalho. Em resposta, recordaram os trabalhadores que nos anos anteriores os patrões obtiveram preços mais elevados pelo seu café sem que isso tivesse representado melhor correspondente para eles. De fato, enquanto o preço da saca de café em côco quintuplicou, passando de 120 para 600 cruzeiros, pelo trato de mil pés de café os fazendeiros aumentaram apenas de 1.500 ou 2 mil cruzeiros para 3 e 4 mil cruzeiros o pagamento aos colonos. Assim, enquanto os preços de venda do café — e correspondentemente os lucros dos fazendeiros — aumentaram de cinco vezes, a remuneração dos colonos apenas duplicou. E isso no norte do Paraná, onde as terras férteis e jovens proporcionam gordas colheitas e, de par com isso, a carastia se apresenta de modo asfixiante. O que estes números representam em termos de orçamento mensal é bem pouco. Basta saber que cada colono pode tratar de um máximo de 3 mil pés de café por ano, o que equivale à miserável receita de mil cruzeiros mensais.

PERSEGUIÇÕES

Para se ter uma idéia mais aproximada da real situação dos trabalhadores rurais mesmo nas ricas zonas cafeeiras do norte do Paraná, é preci-

so recordar também as perseguições e crueldades promovidas pelos grandes fazendeiros. Ainda há dois anos — em 1956 — foi desencadeada uma onda de perseguições contra os trabalhadores agrícolas norte-paranaenses e seus líderes que pugnavam por uma organização sindical. Foi feroz a oposição dos grandes fazendeiros a essa iniciativa dos trabalhadores e em vez de tal entidade surgiu outra, a "Associação dos Lavradores do Norte do Paraná", cujo principal fim consistiu em torpedear as as-

pirações dos trabalhadores a melhores contratos e diárias. Mas, não é só. Na Fazenda

São Miguel, por exemplo, 43 famílias que tratavam 300 mil pés de café, foram sumariamente despejadas, deixando de receber os 12 milhões de cruzeiros que lhes eram devidos. No Patrimônio de Tamarana, em fazenda de propriedade do sr. Ivo Leão, outras 25 famílias foram expulsas da terra, sem receber um centavo daquilo a que tinham direito. E um outro exemplo, mais atual, mostra que as relações entre os grandes fazendeiros e os trabalhadores permanecem essencialmente invariáveis: na Fazenda São José, propriedade do deputado Hugo Cabral, dois colonos — José Gregório dos Santos e João Gomes — foram despedidos, ficando sem receber, respectivamente, as quantias de 52 mil e 46 mil cruzeiros. Todos estes casos foram levados à Justiça e ainda hoje por lá rolam, sem maiores esperanças de um desfecho favorável aos espoliados.

REVINDICAÇÕES

COMUNS

Se se levar em conta as dificuldades por que atravessa

Não há re-
médio senão
voltar ao
so Pasternak.
O que anul
aqui, a sema-
mana passa-
da, andou acenando as bras do serfúcio
"JORNAL DO BRASIL". Bom sinal: se o
"JORNAL DO BRASIL", órgão reacioná-
rio obscurantista, jesuítico, não gostou do
meu comentário, é porque o meu comentá-
rio machucou os seus calos reacionários,
obscurantistas, jesuíticos. O que fortalece
a minha convicção de que foi comentário
sensato, acertado, oportuno.

O topiquista do JB supõe que me deixaria confundido citando o caso do Prêmio Internacional Stálin concedido ao escritor americano Howard Fast, há alguns anos. Mas o topiquista mistura alhos com bugalhos. Esse prêmio foi concedido a H. Fast, em 1955, pelo Comitê dos Prêmios Internacionais Stálin "Pelo Fortalecimento da Paz Entre os Povos". Não era um galardão literário, mas um prêmio ao escritor e ao cidadão em reconhecimento do seu trabalho em favor da paz entre os povos. Coisa inteiramente diferente, por sua inspiração e seus objetivos, dos prêmios Nobel de Literatura. Como se sabe, prêmio igual ao de Fast, foi atribuído a numerosos escritores, artistas, cientistas, líderes políticos, sacerdotes de várias religiões, personalidades ilustres de muitos países capitalistas.

Mas o JB lembra o Prêmio da Paz — caluniosamente chamado de "provocação russa" — para o fim especial de lançar-me em rosto o seguinte: que os Estados Unidos não se opuseram a que H. Fast o recebesse. O JB não sabe o que diz ou, se sabe, pior — porque neste caso agiu de má fé, ludibriando vergonhosamente os seus leitores, pois é coisa arquibávida que o Departamento de Estado negou o suporte ao escritor, impossibilitando-o de ir a Moscou para receber o prêmio.

Supõe ainda o topiquista do JB que me deixaria desorientado com a sua opinião acerca daquilo que é intencionalmente e jesuiticamente chamado de "tribunidade da 16.ª rua bolchevista", e então joga-me em cima estas duas linhas de chumbo: "Tudo que vem de um lado é certo; tudo que vem do outro, é errado". Mas é isso mesmo, meu filho. A esta altura dos acontecimentos históricos, na era da construção do socialismo e da liquidação final do imperialismo, tudo que vem do lado do socialismo é originariamente e objetivamente certo e tudo que vem do lado da reação imperialista é originariamente e objetivamente errado.

O Prêmio Nobel oferecido a Pasternak, este sim, está suficientemente caracterizado como uma "provocação anti-soviética". O que se pretendia com ele foi unicamente fomentar desconfianças e ódios anti-soviéticos. O "caso Pasternak" foi deliberadamente inventado e empregado como arma de luta ideológica e política contra o socialismo e especialmente contra a União Soviética. É claro que os escrutadores soviéticos — e o povo soviético em geral — não podiam ficar indiferentes diante de semelhante manobra de roubo, que atribuiu o Dr. Jivago como herói da "guerra fria" dirigida pelo Departamento de Estado. Era defesa da União Soviética e do socialismo, cumpriram o seu dever de associados e patriotas — repelindo prontamente as insidiosas intrigas do inimigo.

Se aceitamos isto como um critério justo de julgamento, facilmente identificaremos onde está a verdade em toda essa utópica desencadeada pelo "caso Pasternak".

Se aceitamos isto como um critério justo de julgamento, facilmente identificaremos onde está a verdade em toda essa utópica desencadeada pelo "caso Pasternak".

IV Pleno do PC da Espanha

O Comitê Central do Partido Comunista da Espanha realizou uma sessão plenária — a 4ª — de 13 a 14 de setembro deste ano. Além dos membros do CC, compareceram ao pleno, como convidados, camaradas responsáveis de organizações do Partido das regiões Centro, Levante, Norte e da Catalunha.

A ordem do dia do Pleno constou dos seguintes pontos:
1. — Informe do Biro Político sobre a situação política nacional e internacional.
2. — As tarefas da organização do Partido e da luta antitranquista.

Sobre o primeiro ponto, foram Dolores Ibarruri

O informe relativo ao segundo ponto foi feito pelo camarada Santiago Carrillo.

O pleno aprovou por unanimidade os dois informes, assim como uma resolução política, um apelo às forças da oposição e uma saudação aos presos políticos da ditadura franquista.



A situação dos colonos de café e suas famílias atinge extremos de miséria, como se vê no clichê.

sa a lavoura cafeeira no Brasil, decorrente dos excedentes da produção, da falta de um financiamento por parte do governo e da política de afrouxamento dos preços, constata-se que é ainda mais sombria a situação dos assalariados e colonos que ali trabalham e cuja sorte, até certo ponto, está ligada à dos pequenos e médios fazendeiros. A ruína destes últimos, com a absorção de suas propriedades por alguns grandes fazendeiros, significará o desemprego e a miséria para dezenas de milhares de trabalhadores e suas famílias. Eis por que, os mais conscientes dentre eles juntam suas vozes aos que reclamam do governo um justo financiamento para a lavoura cafeeira, a ampliação dos mercados de venda do café e outras providências que se impõem dentro do quadro geral do desenvolvimento da economia do país.

Ao mesmo tempo em que defendem essas reivindicações comuns, os colonos e assalariados não abrem mão de suas próprias aspirações a melhores contratos e a diárias que lhes permitam fazer face de maneira menos desfavorável à carestia de vida.

VIDA ECONÔMICA Estabilização, Emissões e Aumento de Impostos

O Plano de Estabilização Monetária, elaborado pela equipe do ministro Lucas Lopes, antes mesmo de aprovado, vai sofrendo uma série de vicissitudes de tal maneira que não se sabe bem o que será quando tiver a aprovação final do Parlamento.

Para começar, o Plano prevê um teto de 107,3 bilhões de cruzeiros, em 31 de dezembro deste ano, para o saldo do papel-moeda emitido. Como, ao ser lançado o Plano, aquele saldo já estava em 109,4 bilhões — "em virtude de fatores anormais", segundo dizem de mesmo documento — teve o sr. Lucas Lopes a ingenuidade de supor e anunciar que promoveria uma redução de dois bilhões até o fim do ano. Mas, ao que parece, os ajudados "fatores anormais" persistiram: novas "corridas bancárias" em São Paulo e Pernambuco, etc. E, por isto, a partir de 25 de outubro, o governo já emitiu mais de 3 bilhões de cruzeiros, elevando o meio circulante para 116 bilhões! Que é isto: estabilização ou instabilização? Apesar de todas as suas intenções estabilizadoras, o sr. Lucas Lopes pode acabar campeão das emissões... O fato é que o teto monetário do seu Plano já se encontra arrombado. Agora, não há outra solução senão estabelecer um teto mais alto.

O ministro Lucas Lopes vem sendo infatigável no esforço para convencer as chamadas "classes produtoras" das vantagens de aceitar o seu Plano. O obstáculo principal consiste em fazer que aquelas classes aceitem as majorações previstas para o imposto de renda. Fazendeiros, indus-

triais e comerciantes, gritam contra aumentos de tributação que, de modo geral, podem perfeitamente suportar, dados os superlucros que lhes proporciona a inflação, enquanto consideram perfeitamente legítimos os aumentos do imposto de consumo, que serão maiores do que os de renda.

É sabido, por exemplo, que os fazendeiros quase nada pagam de imposto de renda e, se considerarmos a insignificância do imposto territorial rural, pode-se dizer que os fazendeiros quase não pagam qualquer imposto direto, ao contrário dos funcionários públicos e paraestatais, que são rigorosamente cobrados pelo imposto de renda. Agora, porém, figuram os fazendeiros entre os que mais gritam, porque o Plano determina a contabilização de seus rendimentos, sob pena de cobrança do imposto de renda na base de 15 a 50% sobre o valor das propriedades a partir de Cr\$ 2.500.000,00. Proclamam que isto seria o fim das grandes propriedades, o que é evidente exagero, infelizmente.

Ouvem-se gritos também contra o reforço da taxaço sobre os lucros dos negócios imobiliários, onde impera uma das formas de especulação mais nocivas ao desenvolvimento econômico do país. Entretanto, esta taxaço mais forte é precisamente das poucas coisas positivas do Plano.

As reclamações são tantas, que "O Estado de São Paulo" em sua edição de 6 do corrente, se julgou mesmo no dever de dirigir uma advertência às classes conservadoras, reprovando-lhes não perceber que muito pior do que o aumento da carga tributária é a catástrofe a que a inflação pode ar-

rastar o país. "O Estado de São Paulo" chega a citar Lênin para convencer fazendeiros e industriais...

O ministro Lucas Lopes tem procurado apagar as arestas, prometendo concessões a este ou aquele setor das classes dominantes. Não se sabe, porém, que tenha procurado ou pense procurar os representantes dos operários, dos camponeses, do funcionalismo, das profissões liberais, etc. Entretanto, considera muito natural exigir destes setores da população a maior parte dos 6 bilhões de majoração do imposto de consumo. A isto acrescenta-se a louca subida dos preços dos últimos meses, o aumento dos alugueis que está para ser aprovado pela Câmara, o congelamento dos salários e vencimentos previsto pelo Plano de Estabilização (enquanto aos superlucros das grandes empresas e sobretudo do capital estrangeiro não têm teto e são favorecidos pelo governo), e se terá uma idéia desta política de dois pesos e duas medidas.

As massas populares não resta outro caminho senão o de lutar energeticamente ao menos pela recuperação do nível de vida, que a inflação atingiu tão drasticamente. Diante dos acontecimentos de São Paulo, o sr. Juscelino Kubitschek foi afinal obrigado a se mesurar, correndo em ajuda à CMTD e recomendando que nenhuma tarifa de serviço público fosse elevada antes da decretação dos novos níveis de salário mínimo. Este é o primeiro resultado positivo das lutas de massa, apesar do seu caráter espontâneo. Outros resultados poderão ser alcançados, se as lutas de massa prosseguirem, cada vez melhor organizadas.

QUER RESIDIR NO BRASIL : FORTUNY PEDIU ASILO AO NOSSO GOVÊRNO

questão ABERTA

JOÃO ANTÔNIO

Em ofício dirigido ao Ministro da Justiça, José Manoel Fortuny esclareceu a situação em que foi preso, por usar falsa identidade, e formulou um apêlo ao governo brasileiro, a fim de que lhe seja concedido asilo político no Brasil. Fortuny solicitou também que, caso esse apêlo não seja atendido, lhe seja concedida a liberdade provisória para, dentro de determinado prazo, deixar o Brasil.

Segue o texto do documento enviado pelo patriota guatemalteco ao Ministro da Justiça:

José Manoel Fortuny, cidadão guatemalteco, ora recolhido ao depósito de presos da Divisão de Polícia Política, desde 3 do mês próximo passado, a ordem de V. Exa., respondendo a processo de expulsão, pede vênha para, em breves linhas, esclarecer sua real situação e formular um apêlo:

FALSA IDENTIDADE

O postulante foi preso por haver entrado ilegalmente no país, usando falsa identidade. Esta é toda a acusação que lhe pesa. É o ponto essencial do problema, e para o qual solicita, respeitosamente, a preciosa atenção de V. Exa. Seria a infração do art. 309 do Código Penal Brasileiro. Grande e natural, por certo, o desejo do requerente de estar neste belo país amigo e democrático, como José Manoel Fortuny, político de Guatemala, do Partido Guatemalteco do Trabalho, deputado federal, advogado e escritor. Grande e natural desejo seria o seu de aqui permanecer revendo amigos, que são tantos, todos aqueles políticos e intelectuais que juntaram suas vozes ao coro dos protestos internacionais contra a agressão à sua Pátria, quando da derrubada do governo democrático de Jacob Arbenz e implantação da ditadura sangüinária de Castillo Armas, subordinada e dirigida pela United Fruit Co. O requerente só tem motivos de orgulho de sua verdadeira identidade. Sempre gozou do maior respeito em Centro América, como patriota e homem de bem. Usou falsa identidade para sua defesa, contra os inimigos de sua Pátria, sendo, como é, notoriamente, um perseguido político. Não procedeu visando

Só tem motivos de orgulho de sua verdadeira identidade — Foi forçado a usar outro nome na luta contra os inimigos de sua pátria — Se não puder residir no país, pede lhe seja concedida liberdade para providenciar a sua partida —

Integra do documento enviado ao M. da Justiça

do fins ilícitos, mas com o pensamento voltado para sua gente, que sofre ainda graves restrições ao exercício das mais elementares liberdades. Não usou da falsa identidade para tirar proveito pessoal de qualquer espécie ou para lesar este belo país amigo, sob qualquer forma. Com ela nunca praticou qualquer ato criador de direito ou extinguindo obrigações. Usou-a para voltar a seu país. Para reiniciar sua luta patriótica.



Fortuny

A passagem pelo Brasil foi uma fatalidade geográfica. Usou a falsa identidade como o fizeram os maquis da Resistência Francesa, em sua luta sagrada pela libertação. Sua falsa identidade é incontestável, penalmente, pelo estado de necessidade, que Mauriaud definiu como «um estado tal de cousas, que a salvaguarda de um bem necessita-se pratique um ato em si mesmo delituoso». Casos de falsa identidade para prosseguir na luta patriótica do povo francês enchem a coleção Siroy de 1945, com pronunciamentos dos Tribunais de França, pela inexistência de delito. O que define e caracteriza o delito de falsa identidade é o dolo, o animus nocendi, tormente ausente na hipótese. Os revolu-

cionários de todos os tempos, os mais eminentes líderes políticos de nossa América, já necessitaram um dia, desse recurso extra-legal, mas altamente justificável pelos fins. Os gregos, na sua sabedoria imortal, já consideravam os atos praticados sob estado de necessidade como obra da fatalidade e nunca da vontade humana. Esse pensamento atravessa os versos de Eurípides, quando exprime por Hipólito, que a necessidade não tem leis. É a máxima que o gênio romano adotou «quod non est licitum necessitas facit licitum» (de Regules juris — cap. 4, X).

No seu caso específico, de seja ressaltar que tudo fez quando de seu exílio, para obter seu passaporte regular, o que sempre lhe foi negado pelo governo de Guatemala. Esse fato o obrigaria, necessariamente, ao recurso da falsa identidade, para que pudesse exercer seu direito elementar de locomover-se.

Ai está, Sr. Ministro, a justificação jurídica e moral de seu comportamento.

PRISÃO

O requerente não pretende invocar sua condição de advogado, jornalista e parlamentar, para pleitear um melhor tratamento, na forma das leis brasileiras. Tão altos são os problemas que se equacionam nessa discussão, tão nobres são os objetivos de sua luta e tão profundo o respeito que lhe merecem o pe-

vo e o Governo do Brasil, que ficaria talvez mesquinho trazer a questão para o terreno das comodidades pessoais. O requerente não é e nunca foi criminoso. É um político, guatemalteco, perseguido por um governo eventual em seu país, mas convencido de que a democracia voltará à sua Pátria.

Por isso, Sr. Ministro, pede vênha a V. Exa. para formular um apêlo, em forma alternativa:

a) — Que o Governo Brasileiro lhe conceda asilo, obrigando-se o requerente pública e solenemente ao mais estrito cumprimento das leis do país e das normas internacionais que regem o direito de asilo.

b) — Caso tal pretensão não seja deferida, que lhe conceda V. Exa. liberdade vigiada, fixando-lhe um prazo para deixar o país. O requerente em liberdade diligenciará sua partida e a realizará no prazo que lhe foi concedido, certo V. Exa. de que conservará, do Brasil, recordação lisongeira, pois as agruras do momento são incidentes da luta patriótica, riscos que todos os homens públicos responsáveis, por menos que seja, pelo curso da história de seus países, são obrigados a correr.

A América Latina, Sr. Ministro, é um novo mundo, de liberdade e concórdia. Grande é nosso destino e na busca desse destino brasileiros e guatemaltecos se encontrarão vezes várias e se darão as mãos para construí-lo. Nessas horas de luta e sacrifício pela felicidade latino-americana, V. Exa. sempre terá notícia desse cidadão guatemalteco, cuja liberdade está nas mãos de V. Exa. de quem depende, exclusivamente.

Vale a pena verificar-se a atitude de certos jornais em face da tão divulgada crise da Aeronáutica. Por si mal, não fosse a cooperação de determinada imprensa, a crise deixaria de existir, entre outros motivos, por falta de pólvora.

Um dos matutinos mais interessados na coisa, tratando do assunto, dá um cochilo, como que esquecendo a seriedade que deveria apresentar sua própria campanha. Referimo-nos ao "Diário de Notícias", que, tratando do episódio, assim se expressa: "Estava, com efeito, a FAB. posta em relativo sossego".

Mas o brigadeiro Correia Melo regressou dos Estados Unidos e o jornal mudou de tom. Já não comprou maliciosamente a Aeronáutica à linda lenda de Castro, passando a informar que os oficiais sujeitos a penas disciplinares, processo administrativo ou processo penal não para o "campo de concentração da FAB, em Lagoa Seca".

Segundo o "Jornal do Brasil", em meio a tanta celebração levantada pelos jornais vinculados aos remanescentes do golpismo, deve-se considerar que a Aeronáutica "não tem a idade das demais" corporações militares, além do que seus oficiais-generais, "que hoje são brigadários" já foram rapazes. Vejam que originalidade!

Nas colunas do "O Globo" o fértil editoralista João Neves, refletindo o pensamento Esso, diagnostica uma "crise de suscetibilidades". E depois de alertar assim para o caso a atenção dos alertistas, aconselha respeito aos "ditames da disciplina", embora lidas abante justifique o pequeno episódio através de complicado raciocínio, segundo o qual o farsaioso sr. Carlos Luz foi vítima de uma quartelada do general Lott, justamente há três anos. O raciocínio Standard conduz à seguinte conclusão: contra o general Teixeira Lott vale tudo, inclusive o desrespeito aos "ditames".

Também o "Correio da Manhã" reconhece que os brigadários que foram rapazes, agora depois de maduros, arranharam a disciplina militar e os adágios de processo administrativo e criminal. Entretanto, observa que "a indisciplina foi provocada por um erro político". E se alguém recordar que essa indisciplina, por sua vez, também constitui erro político, como denominar o festival dos silogismos?

Contudo, observe o dr. Juscelino Kubitschek, um momento, como andam as coisas. O golpismo assumiu-se e comprometeu num incidente ridículo três centenas de oficiais-aviadores. E é nesse instante que o ministro da Fazenda tempe o caldo de cultura do descontentamento. Querendo resguardar como coisa sagrada a exportação de lucros dos trustes estrangeiros, lança as bases de um Plano de Estabilização que não estabiliza nem mesmo a carestia, por isso que a engrenagem do Plano, tendo a elevar as munições, ao teto de mão dos brigadários que já foram rapazes, os preços dos gêneros de primeira necessidade.

A carestia sempre crescente, esta sim, é capaz de gerar uma crise verdadeiramente digna desse nome.

PELA LIBERDADE DE ALVARO CUNHAL

Destacadas Personalidades Portuguesas

Apêlo assinado por elevado número de escritores, políticos, advogados, jornalistas, militares, artistas e professores universitários

Personalidades da maior projeção e prestígio em Portugal subscreveram um apêlo para que Alvaro Cunhal seja posto em liberdade. Depois de se referir à situação ilegal em que se encontra o líder comunista português — mantido preso após haver cumprido toda a pena e toda a chamada medida de segurança a que fôra condenado — o documento conclui pedindo sua libertação ou que lhe seja permitido fixar residência fóra do país.

São os seguintes os sinatários do apêlo:

Adão e Silva — advogado; Alberto Jordão Marques da Costa — advogado; Alexandre Cabral — escritor; Alexandre O'Neill — escritor; Alice Jorge — pintora; Alves Redol — escritor; António Alçada Baptista — advogado; António José Saraiva — escritor; Antonio Monteiro Júnior; Antonio Sérgio — escritor e antigo ministro; Aquilino Ribeiro — escritor; Armando Vieira Pinto — escritor; Arnaldo Rodrigues médico e escritor; Artur de Andrade — arquiteto; Artur Cunha Leal — advogado; Artur Maldonado de Freitas — advogado; Augusto Costa Dias — escritor; Barbosa de Magalhães — professor universitário, antigo bastonário da Ordem dos Advogados e antigo Ministro; Cardoso Júnior — jornalista; Castro So-

romenho — escritor; Constantino Fernandes — advogado; David Ferreira — jornalista; Domingos Monteiro — escritor; Eduardo Costa — Médico; Elio Sucena — comerciante; Etelvina Lopes de Almeida — escritora e jornalista; Eurico Ferreira — advogado; Faure da Rosa — escritor; F. de Abranches Ferrão — advogado; Fernando da Fonseca — professor universitário; Fernando Lopes Graça — compositor musical; Fernando Mayer Garcia — advogado; Fernando Namora — médico e escritor; Fernando Pereira Santos — escritor; Ferreira de Castro — escritor; Ramos da Costa — economista; Francisco Kell do Amaral — arquiteto; Francisco Lyon de Castro — editor e jornalista; Francisco Pulido Valente — professor

universitário; Francisco Relógio — pintor; Francisco Xavier da Mota Viveiros — Pintor



Alvaro Cunhal

— advogado; Gustavo Soromenho — advogado; Heliodoro Caldeira — advogado; J. Barradas de Carvalho — escritor; J. Cruz Ferreira — advogado; João José Cochofel — escritor; João de Oliveira Machado — professor universitário; João Pedro de Andrade — escritor; João Sô da Costa — escritor; João Simões — arquiteto; J. Santa Rita — arquiteto; José Augusto França — escritor; José Cardoso Pires — escritor; José Magalhães Godinho — advogado; José Marinho — escritor; José Paradeira de

Oliveira — advogada; João Pomar — pintor; João Rebelo — escritor; Luis Augusto Blaugu d'Almeida — escritor; Luis Das Amadas — médico; Luis Francisco Andrade — advogado e escritor; Luis Salas — advogado; Luis Santos Ferra — advogado; Luis Veiga — advogado; Manuel da Fonseca — escritor; Manuel Meneses — escritor; Manuel Sertório — escritor; Manuel Tainha — jornalista; Maria Helena Fernandes Alves — escritora; Maria de Azevedo Gomes — professor universitário e antigo ministro; Mário de Castro — advogado; Mário Santos — licenciado pela Universidade de Lisboa; Moreira de Campos — Oficial da Marinha; Maria Lúcia Nunes — escritora; Nikias Skapinakis — pintor; Nuno Rodrigues dos Santos — advogado; Otonário Costa — escritor; Patricia Joyce — escritora; Pêlo Gonçalves — advogado; Querubim de Vasconcelos — advogado e artigo deputado; Rau Rego — jornalista; Roberto Nobre — escritor; Rogério de Freitas — escritor; Rogério Paulo — ator; Rolão Preto — escritor; Rui Cabegadas — licenciado em Direito; Rui Carlos dos Santos — advogado; Tito de Moura — vice-almirante e antigo ministro; Victor Pavia — arquiteto; Vieira de Almeida — professor universitário; Virgílio Marques — Secretário Geral da Liga dos Direitos do Homem; Virgílio Barros — Matemático.



Novo embaixador da Argentina na URSS

A 4 do corrente, em Moscou, fez a entrega de suas credenciais ao Presidente do Presidium do Soviet Supremo da URSS, Vorochilov, o novo embaixador da Argentina na URSS, sr. Enrique Rivarola. A foto (Agência TASS) é um momento da solenidade no Kremlin.

SOS SUCESSOS NÃO SOVIÉTICA

ade comemorativa do 41º aniversário do desenvolvimento da economia dos Estados Unidos e da criação de trabalho de 6 e 7 horas na indústria pesada — Cresce o comércio exterior dos países socialistas

O Fracasso

dos Belicistas

Recordou, a seguir, os fatos de guerra que os imperialistas criaram com a agressão ao Egito, a preparação de um ataque à Síria por parte dos Estados Unidos, Inglaterra e Turquia, a agressão indireta à Indonésia, desfechada pelos colonistas americanos e holandeses, com apoio de outros Estados signatários da NATO e a ocupação do Líbano e da Jordânia, com vistas a subverter a revolução no Iraque. Todas estas conjuras contra a paz fracassaram — aconteceu graças aos esforços dos países socialistas e todos os Estados e povos defensores da paz.

PELA COEXISTÊNCIA PACÍFICA

A coexistência pacífica, diferente, foi mais uma vitória soviética, que deu ênfase

Mikoiian deteve-se mais circunstancialmente na situação criada na zona de Taitung, como resultado dos agressivos atos dos Estados Unidos. A União Soviética interveio vigorosamente em nome da República Popular da China declarando que a agressão a esta será considerada pela União Soviética como um ataque a ela própria. Isso caiu como um jato de água fria sobre as cabeças quentes dos generais políticos norte-americanos. As relações pacíficas da República Popular da China são possíveis de manter, se o conflito na zona de Taiwan, se bem que a solução norte-americana persista em agitar a zona da guerra junto às costas da China.



A. MIKOIAN, Vice-primeiro ministro da URSS

prevididos pela URSS em prol do desarmamento, em geral, da suspensão das provas atômicas e da proibição da arma atômica.

Considerando que o desenvolvimento das relações econômicas e culturais com todos os países é um meio seguro para criar um clima de cooperação e amizade, Mikoiian falou sobre o incremento do comércio exterior da URSS e dos demais países socialistas. O intercâmbio comercial dos países socialistas em 1950 ascendeu a 39 bilhões de rublos, ou seja, 8% de todo o comércio mundial, em 1957 aproximou-se dos 100 bilhões de rublos, ou sejam, mais de 10% de todo o comércio mundial.

Também as relações culturais da União Soviética com outros países apresentam um incremento notável. A URSS concertou cerca de 90 convênios sobre questões culturais e científicas com outros países, que são cumpridos com proveito recíproco.

Concluindo seu discurso, Mikoiian exprimitu a convicção de que as decisões do próximo 21º Congresso do Partido Comunista da União Soviética inaugurarão uma nova etapa na construção comunista na URSS e suscitarão um vigoroso ascenso na atividade criadora do povo soviético.

A ETERNA VIGILANCIA

Justamente há três anos, quando mais intensas eram as agitações e maiores as ilusões dos golpistas empenhados em impedir, "a tapas", a posse do presidente e vice-presidente da República, eleitos em outubro de 1954, aparecia diuturnamente na Câmara um moço bem apessoado, que todos reconheciam, principalmente os maiorais da UDN, como "secretário do Brigadeiro". Tinha livre trânsito através das dependências da casa e dava "notícias de boa fonte", a alguns jornais, sobre o golpe que abertamente se preparava, na mais original das conspirações, uma conspiração a céu aberto.

Chama-se Jeremias esse moço e agora seu retrato aparece no noticiário de polícia como implicado na "venda" de todo um edifício do IAPC do Jardim de Alá, pela módica importância de quatro milhões de cruzeiros. Além disso, fazendo mão boba, andou emitindo um vigoroso chamado à defesa de todos os patriotas.

Passados os dias do golpe, Jeremias reapareceu na Câmara, já então como "relações públicas" de uma grande companhia de aviação. Trabalhou feio e forte nas comissões contra o projeto afirmado, que concedia 50% de abatimento nas pas-

BASTIDORES DA POLÍTICA

MARIA DA GRAÇA

Esta segunda legislatura após as primeiras eleições gerais realizadas no país sob a atual Constituição chega melancolicamente ao seu término. Todas as esperanças se concentram na nova Câmara, renovada em maio de 60% de sua representação nacional, e, de modo especial, na Frente Parlamentar Na-

cionalista, reforçada com a eleição, em todos os Estados, de candidatos vitoriosos sob a bandeira da defesa dos interesses nacionais e das liberdades democráticas. No plenário, inteiramente ocupado com a votação do Orçamento, as bancadas ainda se apresentam bastante desarticuladas, sendo comum, nos pe-

didos de verificação, a falta de quorum. Os partidos, mal refeitos dos embates do pleito, mostram-se bastante desorientados face à gravidade dos problemas que perturbam de forma mais acentuada esta segunda fase do governo Kubitschek. Maioria e oposição continuam desarticuladas.

★ ★ ★

O Plano de Estabilização do sr. Lucas Lopes, enquanto passa pelo crivo das diversas comissões partidárias que o estudam — a da bancada do PTB, outra constituída pela representação udenista e uma terceira formada por membros da Frente Parlamentar Nacionalista — vem sofrendo cerrados ataques por parte de deputados da UDN, resfrições já formuladas pelo líder petebista Fernando Ferrari, além de manifestações desfavoráveis dos órgãos representativos das classes conservadoras. Entre os partidos da

maioria o Plano vem encontrando ostensiva indiferença, que se manifesta num silêncio glacial frente aos ataques cerrados dos economistas e financistas da bancada liderada pelo sr. Carlos Lacerda. Outra coisa não poderia esperar o sr. Juscelino Kubitschek e o seu Ministro da Fazenda de tal panacéia, na qual todos os sacrifícios são reservados ao povo que vive de salários e vencimentos, sem sequer a contra-partida de medidas de contenção do custo da vida.

★ ★ ★

Entre os fatos políticos da semana a entrevista concedida ao «O Jornal» pelo ex-nador e líder comunista Luis Carlos Prestes tem sido considerada nas rodas parlamentares como dos mais importantes. Estão dando motivos a comentários os mais diversos as declarações do dirigente comunista relativamente aos nomes em foco para a sucessão do atual

Presidente da República. O que parece estar sendo compreendido por todos é que, como força de vanguarda entre as correntes democráticas e nacionalistas, os comunistas preparam-se para participar do importante pleito de 60, preocupados desde já, não com nomes de candidatos, mas com o fortaleci-

mento das alianças vitoriosas em grandes Estados do País como Pernambuco e Estado do Rio, estruturação em bases sólidas da ampla frente única de todas as forças e camadas interessadas na emancipação nacional e com um programa postulando as reformas que se impõem, a fim de que o país possa avançar no caminho de seu progresso independente.

★ ★ ★

Existe entre os partidos representados na Câmara a consciência comum da gravidade da situação que o país atravessa. É geral a preocupação e mais do que isto, a inquietação, face a alguns problemas que, neste momento, tornam a atmosfera que envolve o governo mais explosiva do que nunca: a carestia, que está levando a fome aos lares operários e enormes dificuldades às famílias da classe média; a crise militar, que se manifesta novamente nos recentes incidentes da Aeronáutica, e a luta sarda que se trava entre os presidentes do C. N. P. e da Petrobrás, isto é, entre os coronéis Alexínio Bitencourt e Janary Nunes. Consta que ainda desta vez o presidente da Petrobrás levará a melhor, pois que os grupos nacionalistas, que ainda dispõem de certa autoridade junto

ao sr. Juscelino Kubitschek, a despeito de suas frequentes fraquezas ante a pressão exercida pelos grupos entreguistas, já o teriam alertado contra novas investidas ao monopólio estatal do petróleo, que estariam sendo tramadas à sombra do desentendimento entre os dois militares. Digna de aplausos foi a iniciativa do deputado Sérgio Magalhães, interpretando o pensamento da Frente Parlamentar Nacionalista, ao requerer à Mesa da Câmara a apresentação à Casa da íntegra do texto original do documento-denúncia do coronel Alexínio Bitencourt, a fim de que o povo e os seus representantes no Congresso Nacional possam saber que posição adotar, no caso, em defesa do nosso petróleo.

★ ★ ★

O governador eleito de Pernambuco, sr. Cid Sampaio, na véspera de viajar para os Estados Unidos, reuniu num almoço na CNT, governadores em exercício (Dinarte Mariz, do R. G. do Norte) e eleitos para os Estados do Nordeste, e com

eles debateu um programa de medidas tendentes à reabilitação dessa vasta região, ameaçada de ser liquidada numa crise sem precedentes. O sr. Cid Sampaio, que tem demonstrado possuir clara consciência do papel reservado à indústria nacional e à

burguesia progressista nesta etapa histórica do processo brasileiro, é dos mais convictos partidários do imediato estabelecimento de relações com os países socialistas, por ver nessa medida ponderáveis possibilidades de alívio à crise atual.

Polónia tiveram lugar em Moscou.

Em resultado dessas conversações, os representantes dos dois governos, num comunicado conjunto, denunciaram o perigo decorrente da remilitarização da Alemanha Ocidental, inclusive com armas atômicas, e o apoio do governo de Adenauer aos elementos militaristas e reacionaristas que proclamam abertamente suas exigências territoriais sobre outros países.

O comunicado conjunto, como medida de paz, um tratado de paz com a Alemanha; a efetivação do "Plano Rapalzkil" sobre a desatomização de uma zona da Europa Central; uma conferência de chefes de governos das grandes potências; cessação definitiva das provas atômicas; reconhecimento dos direitos da China Popular sobre as ilhas costeiras, inclusive Formosa, que deve ser evacuada pelos americanos; reforçamento da amizade soviético-polonesa.

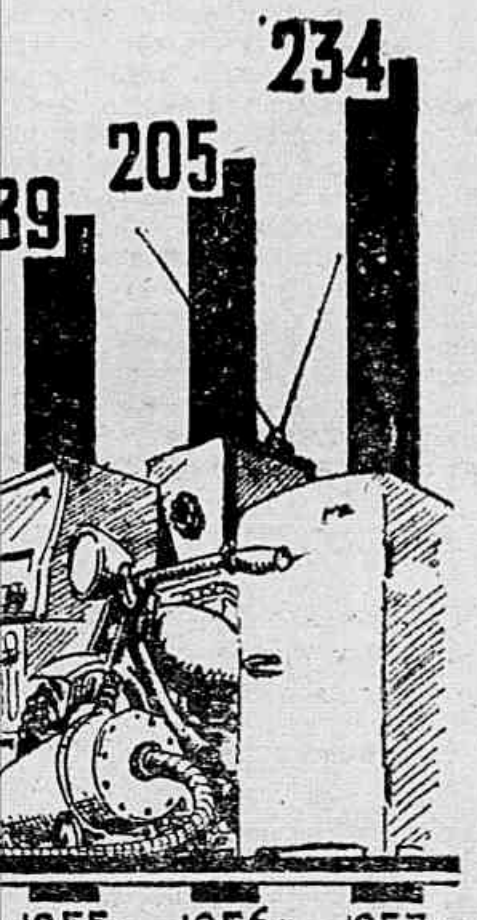
FALECEU EDGARD BUXBAUM



Registramos, com pesar, o falecimento, em 14 de corrente, depois de prolongada enfermidade, do general Edgard Buxbaum.

O general Buxbaum tornou-se conhecido do povo brasileiro, e além das fronteiras de nosso país, por sua ativa participação de combate na causa da paz. Um dos fundadores do Movimento Brasileiro dos Partidários da Paz, Buxbaum dedicou-lhe durante vários anos todos as suas melhores energias. Participou de sucessivos congressos e conferências nacionais e internacionais de partidários da paz em Estocolmo, Berlim, Moscou. Onde quer se reunissem homens de boa vontade para debater os problemas da defesa da paz, aí estava Edgard Buxbaum, com o seu entusiasmo que os anos não abatiam, dando sua valiosa contribuição, em nome do povo brasileiro, ao inextinguível movimento de nossa época. Pelos relevantes serviços prestados à humanidade, o general Buxbaum foi distinguido com o Prêmio Internacional da Paz, do Conselho Mundial da Paz.

VOZ OPERÁRIA partilha do sentimento de pesar dos parentes e amigos de Edgard Buxbaum, cujo nome será honrado pelos partidários da paz de nosso país, intensificando sua luta pela salvaguarda da paz mundial.



o volume de mercadorias de... Estes números mostram o crescimento do povo da URSS.

«CRISE DA AERONÁUTICA»: FIM MELANCOLICO DE UMA PROTEÇÃO

A designação do ministro Teixeira Lott para responder pela pasta da Aeronáutica, durante a ausência temporária do seu titular em viagem aos Estados Unidos, aproveitada por certos setores do pretexto para a manipulação de uma nova crise militar, suscitada por elementos cujas vidas, alguns deles inclusive prometidos no ridículo episódio Jacareacanga, alguns jovens oficiais, em sua maioria inamavelmente políticos, adotaram uma atitude de hostilidade e desrespeito ao general Teixeira Lott, cuja permanência na direção do Ministério lançaram um novo manifesto.

A Situação Internacional

Focalizando a situação internacional, Mikoiian começou por reafirmar as aspirações de paz da URSS. Afirmou, depois: «Dois importantes fatores determinam a atual situação internacional. De uma parte, as forças do imperialismo e da reação tentam minar a paz, criar aqui e ali focos de guerra, manter o mundo em estado de inquietação e alarma, lançar à beira da guerra. De outro lado, e isto é o principal, em que pesem essas tentativas dos círculos reacionários, as relações internacionais se desenvolvem em nossa época no sentido do reforçamento das forças da paz, da democracia e do socialismo.»

Mencionou, depois, as forças capazes de assegurar a paz e eliminar o perigo de uma nova guerra: o campo de Estados Socialistas, os Estados Socialistas da Ásia e da África que mantêm posições ant imperialistas e constroem com os Estados socialistas uma vasta zona de paz, a classe operária internacional e sua vanguardia — os partidos comunistas — o movimento libertador dos povos das colônias e semicolônias, o movimento dos povos, inclusive dos países imperialistas, pela paz, os povos dos países europeus que proclamaram sua neutralidade e os povos da América Latina.



manobra, a que lamentavelmente numerosos jovens oficiais da Força Aérea, e de outros setores, que o representante da República, eleito em outubro de 1954, aparecia diuturnamente na Câmara um moço bem apessoado, que todos reconheciam, principalmente os maiorais da UDN, como "secretário do Brigadeiro". Tinha livre trânsito através das dependências da casa e dava "notícias de boa fonte", a alguns jornais, sobre o golpe que abertamente se preparava, na mais original das conspirações, uma conspiração a céu aberto.

Chama-se Jeremias esse moço e agora seu retrato aparece no noticiário de polícia como implicado na "venda" de todo um edifício do IAPC do Jardim de Alá, pela módica importância de quatro milhões de cruzeiros. Além disso, fazendo mão boba, andou emitindo um vigoroso chamado à defesa de todos os patriotas.

Passados os dias do golpe, Jeremias reapareceu na Câmara, já então como "relações públicas" de uma grande companhia de aviação. Trabalhou feio e forte nas comissões contra o projeto afirmado, que concedia 50% de abatimento nas pas-

CONFUNDIRAM O REGIME DEMOCRÁTICO COM A CORRUPÇÃO PARLAMENTAR

A paralisia dos resultados do plebiscito-referendo de 26 de setembro, na França, em resultado do qual foi aprovada uma nova Constituição, com dispositivos altamente reacionários e ameaçadores ao futuro da República na França, Palmiro Togliatti, secretário geral do Partido Comunista Italiano, fez a seguinte declaração ao jornal "L'Unità":

Os resultados do referendo francês possuem uma gravidade cuja extensão não está sendo completamente avaliada. Constituem um sério golpe lançado nas forças democráticas de toda a Europa capitalista; contém uma séria ameaça à democracia e à paz, que se relaciona diretamente também com o nosso país.

O referendo foi, em substância, uma trapaça organizada com violência e perfídia, com medidas de intimidação, chantagens e provocações, imediatas com a seleção armada de 13 de maio

cedem de acordo com os interesses e frequentemente — como aconteceu na França — em direta aliança com a reação.

Por outro lado, sabemos, também por velha experiência, que os golpes contra o regime democrático são sempre o prelúdio de agravamento da situação internacional e, portanto, de um mais agudo perigo de guerra. Os sucessos do fascismo na Europa, de 1938 em diante, prepararam a 2ª Guerra Mundial. Hoje, já há no mundo bastante material inflamável, já existem poderosos grupos imperialistas que im-

forças fundamentais das massas trabalhadoras e sobretudo da classe operária. Todo o terreno que neste campo tiver sido perdido deve ser recuperado com o esforço comum, animado pela compreensão recíproca e pela boa vontade.

No entanto, deve ficar bem claro que o regime democrático será mais forte à medida que conseguir, sob o estímulo das reivindicações e das lutas de massas, renovar a estrutura econômica do país, dando satisfação às urgentes reivindicações dos trabalhadores, dos operários e das camadas médias da cidade e do campo. Isto é válido sobretudo no que se relaciona com as instituições parlamentares. Um parlamento que serve apenas de arena para discursos, ou de lugar onde se realizam combinações governamentais de um grupo de iniciados nas intrigas políticas, não pode conseguir a adesão das grandes massas populares. Isto, parece-me, foi o que aconteceu na França, onde, depois, a agitação fascista levou a confundir o

regime democrático com a corrupção parlamentar. Mas onde o parlamento funcionar como nós exigimos há tempo, dando atenção à vontade e às exigências das massas trabalhadoras e trabalhando ativamente para realizar uma renovação democrática e social do país, aí a instituição parlamentar criará raízes na alma do povo, e a democracia parlamentar estará assegurada.

O que acontecerá agora na França é difícil prever. Certamente iniciar-se-á um período de duras lutas pela restauração das liberdades democráticas, e nestas lutas nós sabemos que os nossos camaradas franceses estarão na vanguarda. Na medida das nossas possibilidades, lhes daremos a restauração da democracia francesa, a nossa melhor ajuda, derrotando em nossa casa os que exaltam e querem imitar o triste exemplo francês e resguardando as nossas instituições democráticas, com uma luta unitária numa frente a mais ampla possível, pela renovação do nosso país, e pela paz.



culminando numa campanha insana de exaltação nacionalista, chovinista e até racista. Formou-se na opinião pública uma tragica confusão, confusão que se verificou sempre, ou quase sempre, nos momentos em que as forças burguesas mais reacionárias tendem a liquidar as instituições democráticas e parlamentares e preparam o evento do regime fascista. Estou, portanto, de acordo com Saragat no considerar que o referendo francês não foi uma consulta democrática. Foi um ato que já em si contém elementos de fascismo, apesar de entre aqueles que votaram e mandaram votar pelo "sim" figurar o social-democrata Guy Mollet.

O fato grave é que a confusão provocada pelas forças mais reacionárias, pelos seus sustentáculos e aliados, contaminou também, pelo menos em parte, a classe operária. O fato é grave porque sabemos que na época atual, o único perigo e verdadeiro baluarte da democracia é a força organizada e unida da classe operária. Se a classe operária estivesse unida, o bando chovinista, reacionário e fascista agrupado em torno de De Gaulle não teria podido passar. A defesa da democracia e do regime parlamentar teria tido um ponto de referência e de apoio seguro. Isto torna particularmente grave a responsabilidade dos Mollet, dos Saragat e de todos os outros que, indiferentes a esta séria renovada lição da história, rompem a unidade do

pelem para o aguçamento das relações entre os povos e alimentam a esperança de um novo conflito. O regime que surge do referendo francês, alicerçado sobre o chovinismo, sobre a negação do direito do povo da Argélia à sua independência, não pode deixar de excitar as mais graves ameaças para a paz.

Considero, portanto, ser este o momento em que todos os bons democratas italianos devem alertar-se, encarar de frente os perigos que se apresentam, e agir a partir de agora, de modo a evitar que se transformem em realidade. O inimigo já revela as suas intenções. Os restos do fascismo cantam vitória, dão a entender que consideram chegada a sua hora. Mas o pior é que a extrema-direita clerical faz coro com eles, se agita e ameaça. E são eles que decidem, em última análise, a orientação para todo o campo clerical hoje predominante.

Aqueles que de moda algum querem que se repita aqui o que está acontecendo na França, são hoje chamados pelos próprios fatos a praticar um severo exame de consciência, antes que seja tarde.

Deverá ficar bem claro, acima de tudo, que a nossa democracia não poderá ser atacada, e se o for, estará apta a repelir qualquer ataque, à medida que estiverem unidas e dispostas à luta as

VIDA DOS PARTIDOS COMUNISTAS

40º ANIVERSÁRIO DO PC DA ÁUSTRIA

O Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética dirigiu uma mensagem de saudação ao Comitê Central do P.C. da Áustria pelo 40º aniversário de sua fundação. Em certo trecho diz a mensagem: "O Partido Comunista da Áustria, ao lado de todas as forças progressistas do país, se tem pronunciado incansavelmente pela realização da política de verdadeira neutralidade, capaz de garantir a segurança da Áustria e proporcionar ao povo austríaco os benefícios do desenvolvimento pacífico. Sem esquecer as severas lições de um passado recente, o Partido Comunista da Áustria combate o ressurgimento do militarismo alemão, que constitui uma séria ameaça à independência da Áustria."

"O Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética deseja ao fraternal Partido Comunista da Áustria êxito em sua luta pelos interesses vitais do povo austríaco, pelo fortalecimento ideológico e orgânico do Partido, pela unidade das forças da classe operária e de todos os trabalhadores da Áustria que se pronunciam pela paz, pelo progresso social, pela amizade e a colaboração entre os povos".

35º aniversário do PC da Noruega

Ao Partido Comunista da Noruega, no 35º aniversário

Pleno do CC do PC da Alemanha

O Partido Comunista da Alemanha (Alemanha Ocidental) acaba de realizar o décimo pleno do Comitê Central. Em nome do Biro Político do CC fez um informe o camarada Max Reiman sobre a importância do V Congresso, realizado há algum tempo, do Partido Socialista Unificado da Alemanha (República Democrática Alemã), para a luta pela paz e a democracia, pelos interesses nacionais e sociais do povo alemão. Em seu informe, o camarada Reiman se referiu também à importância do V Congresso do PSUA para a luta da classe operária de toda a Alemanha e acentuou a contribuição das propostas da República Democrática Alemã para a elaboração de um tratado de paz. Acentuou igualmente a necessidade de prosseguir a luta contra a crise econômica que se inicia na Alemanha Ocidental.

Dirigindo-se aos membros e ativistas do Partido Comunista da Alemanha, o Comitê Central do partido salientou a necessidade de intensificar os esforços pela unidade de ação com os trabalhadores social-democratas.

de sua fundação que acaba de transcorrer, o CC do PCUS dirigiu uma mensagem na qual diz, entre outras coisas:

"Os comunistas noruegueses, durante os anos da ocupação fascista alemã, lutaram abnegadamente nas fileiras do movimento de Resistência pela libertação de seu país, e atualmente marcham na vanguarda das forças pacíficas do povo norueguês e de todos os trabalhadores, em sua luta pela paz, a democracia e o socialismo."

Delegação do PCUS na Áustria

A 2 de novembro, para as festas comemorativas do 40º aniversário do PC da Áustria, chegou a Viena uma delegação do Partido Comunista da União Soviética, chefiada pelo camarada Chvérník, membro do Presidium do CC do PCUS.

Novos capítulos da "História do PCUS"

A revista soviética "Em ajuda à auto-educação política" (nº 10), que vem de circular em Moscou, divulga mais três capítulos da nova

DICIONÁRIO

TEORIA DO REFLEXO — A teoria do reflexo é a

bases da teoria materialista do conhecimento, segundo a qual as sensações e noções humanas, entre as quais as noções científicas, são um reflexo da realidade objetiva na consciência do homem. Essa teoria, amplamente desenvolvida por Lênin em sua obra "Materialismo e Empiriocriticismo", se inspira nas grandes descobertas da ciência, especialmente dos sábios russos Sotcrényev e Pavlov, segundo os quais a atividade psíquica não é possível senão como reflexo do mundo exterior agindo sobre os órgãos dos sentidos e sobre o cérebro dos animais e do homem.

O reflexo da realidade objetiva no cérebro do homem não é inerte, fotográfico, mas um processo dialético complexo, que se desenvolve por etapas, ligadas entre si e decorrendo necessariamente uma da outra. «Da contemplação viva ao pensamento abstrato, e deste à prática — tal é o caminho dialético do conhecimento da realidade objetiva», diz Lênin em seus "Cadernos Filosóficos".

As sensações são o primeiro grau no processo do conhecimento, as etapas através das quais o mundo exterior atua sobre a consciência humana. Mas essa primeira etapa do conhecimento não oferece senão a imagem dos objetos isolados, seu aspecto exterior, superficial. Não reflete a ligação interna dos fenômenos, as leis do seu desenvolvimento. O conhecimento mais profundo das coisas e dos fenômenos, de sua essência e das leis objetivas que os regem, só é possível numa segunda etapa — a do pensamento abstrato. Generalizando os dados oferecidos pelas sensações, o pensamento abstrato deixa de lado tudo o que é fortuito e secundário nas coisas e nos fenômenos, detendo-se apenas no que é essencial. Os resultados dessa operação se resumem nos conceitos, categorias e leis científicas. Esses dois escalões do processo do conhecimento — a contemplação viva e o pensamento abstrato — são ligados entre si, convertem-se um no outro e representam os elos de um só e mesmo processo dialético do reflexo da realidade.

A base de todo esse processo e de cada uma de suas etapas, e no mesmo tempo o critério supremo da verdade dos conhecimentos adquiridos, é a prática. O homem aprende a conhecer o mundo exterior no curso de sua atividade prática. Por outro lado, só a atividade prática permite verificar cada progresso do conhecimento, cada verdade descoberta pelo pensamento. O processo do conhecimento se eleva aqui a uma etapa superior — o da verificação prática da verdade.

gresso pelo Comitê Central do PC da União Soviética.

Palavras de Pospélov

Dirigindo-se ao Congresso do Partido Comunista da Dinamarca, em nome do CC do PCUS, o camarada Pospélov disse, entre outras coisas:

«A democracia socialista desempenha um importante papel no desenvolvimento vitorioso da economia de nosso país. Em 1958 foram obtidos novos e grandes êxitos econômicos. O plano industrial, em 10 meses, foi consideravelmente superado o país recebe muitos bilhões de rublos de produtos acima do plano. A agricultura socialista encontra-se em enorme expansão. Basta dizer que em 1968 as fazendas coletivas (colkhoses) e as fazendas do Estado (sovkholes) forneceram quase o dobro de cereais do ano de 1953.» «Atualmente, em todos os recantos de nosso país, observa-se um novo surto de entusiasmo criador do povo ante os preparativos para o XXI Congresso do PCUS. O projeto de plano de sete anos de fomento econômico da URSS de 1959 a 1965, a ser discutido no Congresso, representa um grandioso programa destinado a impulsionar a construção do comunismo na União Soviética.»

História do Partido Comunista da União Soviética

Trata-se dos capítulos IV — «O Partido dos bolcheviques no período da reação (1907-1910)»; o cap. V — «O Partido dos bolcheviques nos anos do novo ascenso revolucionário (1910-14)»; cap. VI — «O Partido dos bolcheviques nos anos da guerra imperialista. A segunda revolução na Rússia (1914 a fevereiro de 1917)».

XX Congresso do PC da Dinamarca

Teve lugar em Copenhague, nos primeiros dias deste mês, o vigésimo Congresso do Partido Comunista daquele país. Ao Congresso compareceram delegações de vários partidos comunistas e operários europeus, inclusive do Partido Comunista da União Soviética. A delegação soviética era dirigida pelo camarada Pospélov.

Em sua saudação ao PC da Dinamarca, Pospélov leu uma mensagem dirigida ao Con-

SAUDAÇÃO AOS PRESOS POLÍTICOS

A saudação do CC do PC da Espanha dirigida aos presos políticos diz:

"O Pleno do Comitê Central do Partido Comunista da Espanha envia uma saudação fraternal aos camaradas Miguel Núñez, Mígino Canga, António Rosel e a todos os comunistas presos por sua abnegada atuação à frente das massas na preparação e realização da Jornada de 5 de Maio e durante as potentes greves que a precederam.

"Com igual emoção, o Comitê Central saúda a todos os comunistas que, há longos anos, sofrem nos presídios de Franco pelo único delito de terem lutado pelas liberdades espanholas.

"Esta saudação tornamo-la extensiva aos trabalhadores e antifranquistas de todas as tendências por motivo das grandes atuações recentes, e a quantos a ditadura mantém nos cárceres desde anos anteriores.

"A todos eles reiteramos a expressão de nossa solidariedade ativa e reafirmamos a decisão de todo o Partido de continuar tenazmente seus esforços para harmonizar as mais diferentes aspirações espanholas na exigência nacional de anistia para todos os presos políticos".

Há 50 quilômetros de Pequim ergue-se um conjunto dos mais estranhos e belos monumentos da China antiga: as 13 tumbas da Dinastia Ming, secretamente cavadas em vasta região de vales profundos e suaves colinas de caprichosos recortes, entre templos funerários escondidos em sombreados bosques de ciprestes, betulas e salgueiros-chorões. Pesquisas e escavações empreendidas nestes últimos anos levaram à descoberta de duas tumbas, trazendo à luz do dia os sarcófagos imperiais e tesouros e obras de arte de incalculável valor.

No fundo desse vale, em paisagem de plácida beleza, corre um dos afluentes do Yang Tze Kiang. De hábito manso e tranquilo o pequeno rio era dado periodicamente a bruscas e terríveis cóleras. Engrasado e enfurecido pelos degeios da primavera e pelas chuvas excessivas no curso do Yang Tze, saltava de seu leito, inundava campos e lavouras, submergia aldeias, espalhava a fome e a destruição num raio de milhares de léguas. Assim havia sido pelos séculos afora até que, vindo a libertação, governo e povo lançaram-se à gigantesca tarefa de dominar as águas e obrigá-las a servir ao homem, irrigando terras e criando a vida nova.

100.000 Voluntários Venceram o «Dragão das Águas»

Visitamos as obras da Represa das 13 Tumbas, mais ou menos um mês após a sua inauguração. Vimos ainda resplandecendo ao sol em toda a sua brancura os caracteres chineses que compõem o seu nome, traçados pela mão do Presidente Mao Tse Tung na muralha exterior do dique, de 627 metros de comprimento, 29 de altura e com 179 metros de largura na sua base de cantaria.

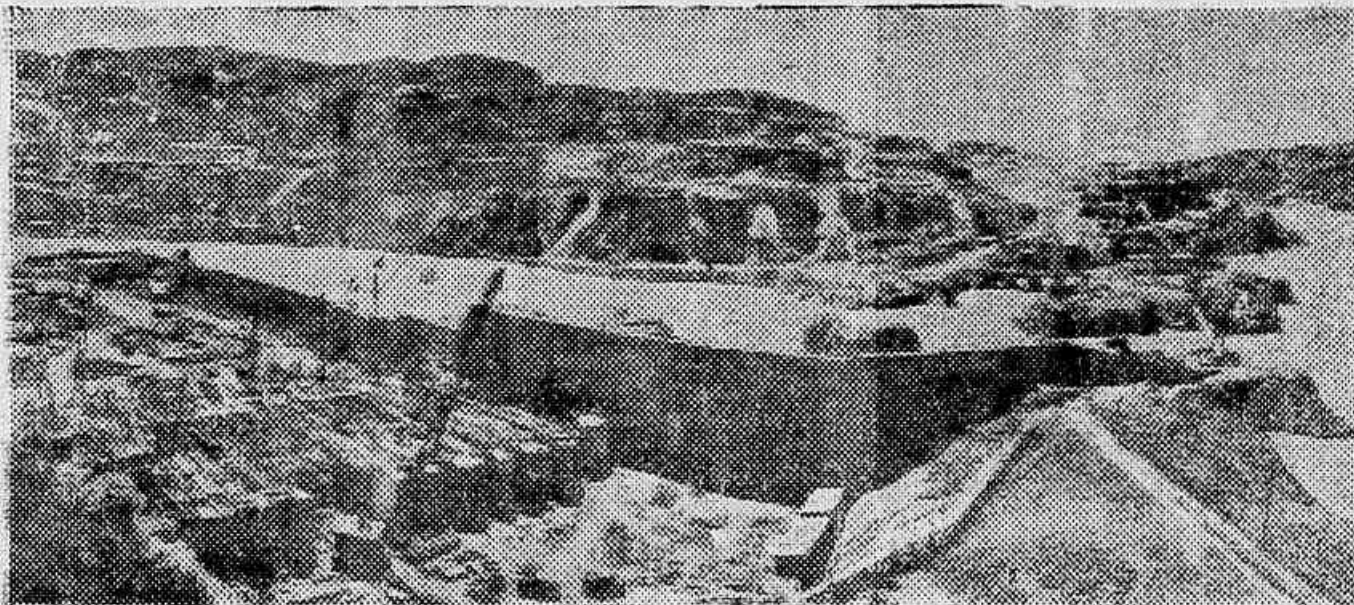
Vimos ainda os acampamentos em torno da grandiosa e épica obra, cuja história nos foi contada pelo jovem administrador. Enquanto nos contava como haviam trabalhado 100.000 voluntários durante 160 dias, enfrentando frio e neve, chuvas e depois os dias tórridos do verão, seus vivos e inteligentes olhos brilhavam de alegria e orgulho. Todo o seu rosto sorria de contentamento.

Esta, em resumo, a saga da Represa das 13 Tumbas: sua construção estava projetada para o 3º Plano Quinquenal (o 2º ainda está em curso); a obra teria uma duração de três anos e custaria 20 milhões de yuans.

Presença do P.C.

Nessa região de Chang Ping os camponeses discuti-

ram, em fins do ano passado, o programa dos 40 pontos, relativo ao desenvolvimento da agricultura. Resolveram, então, que a construção da Represa se impunha sem maiores delongas e propuseram ao Comitê Regional do Partido Comunista o imediato início da obra sem ônus para o governo central. Foi convocado um Congresso do Partido na região para discutir a proposta, que foi aprovada e enviada ao governo que, por sua vez, a aceitou,



A foto reproduz um aspecto das obras de construção da grande barragem Sanmen Gorge, no Rio Amarelo, Província de Honan. Depois de concluída, a represa servirá para alimentar uma central elétrica de 6 milhões de KW, assegurar a irrigação de cerca de 3 milhões de hectares de terras de cultura e afastar de 80 milhões de pessoas a ameaça permanente das cheias e inundações. Em Sanmen Gorge, como na Represa das 13 Tumbas e todas as grandes obras em curso nesta fase do "grande salto", trabalham milhares de voluntários.

DUAS SAGAS DA NOVA CHINA: REPRESA DAS 13 TUMBAS E A BATALHA DO AÇO

★ A verdade sobre o trabalho voluntário: 100.000 pessoas, inclusive os Ministros da República e o Presidente Mao trabalharam nas obras da grande barragem no rio Wun Yu

★ No Combinado de Carvão e Aço de Anshan, na Mandchúria, a produção anual de aço é e cobre a produção prevista como meta no plano do governo JK

★ Todo o povo chinês empenhado na batalha do aço e o milagre dos pequenos fornos tradicionais

MARIA DA GRAÇA

contribuindo com o auxílio financeiro de 40 milhões de yuans.

No dia 21 de janeiro deste ano, em pleno inverno, sob temperaturas de 15 e 20 graus abaixo de zero, os camponeses, operários, soldados do Exército Popular, comerciantes e industriais da região lançaram-se à obra. A maquinária era pouca e quase tudo teria que ser feito à força de braços e de entusiasmo. O P.C. fez um apelo à ajuda voluntária do povo. O apelo repercutiu em Pequim e nas cidades vizinhas. Trabalhar na construção da Represa das 13 Tumbas era motivo de orgulho, galardão

para qualquer chinês de qualquer idade. Os acampamentos cresceram, as barracas de campanha se multiplicaram como cogumelos para abrigar os 100.000 voluntários que acorreram de todos os lados; estudantes das escolas e universidades, jovens das escolas primárias, professores de todos os graus, cientistas e sábios, artistas da Ópera e de cinema, pintores, escritores e poetas, músicos e escultores, monges e monjas dos mosteiros, operários e camponeses, funcionários das administrações de todos os escalões, Ministros de Estado, e até o Presidente Mao Tse Tung, deram dias

de trabalho voluntário na construção da represa.

No decurso da obra, poetas e pintores encontraram inspiração para obras que se tornaram famosas; surgiram equipes de jovens colegiais que se lançaram à tarefa de alfabetizar. As mulheres, de todas as idades e de todas as profissões, contribuíram com 9% do voluntariado. Mais de 20.000 voluntários ganharam prêmios de emulação amistosa.

No dia 30 de junho, 160 dias após o início da obra, a represa estava concluída, com capacidade para irrigar 20.000 hectares de terras, contidas para sempre as inundações do traiçoeiro Wun Yu, com a perspectiva de um aumento anual de 30 milhões de quilos nas colheitas de cereais, e com uma pequena central elétrica em condições de assegurar 5 horas diárias de força e iluminação às Cooperativas da região.

Nasce uma nova cidade

Para que o Dragão das Águas fosse domesticado tornara-se necessário inundar 5 aldeias onde viviam 1.671 famílias, ou 297 famílias camponesas. Foi resolvido, então, pelo Comitê do Partido, que duas novas aldeias seriam construídas, com modernos conjuntos residenciais de dois andares, para onde seriam transferidas essas 397 famílias. Vimos as duas aldeias já prontas e habitadas, os alegres edifícios construídos entre jardins floridos e hortas verdejantes, com sua creche e sua escola primária.

Nesse vale das 13 Tumbas, onde antes tudo falava de morte e de calamidades, constrói-se agora, naquele mesmo ritmo e com o mesmo ardente entusiasmo, uma belíssima cidade balneária, que será a maior e mais moderna da China, com clubes náuticos em torno da represa, um hipódromo, um estádio para esportes, grandes e modernos hotéis, Casas de Repouso e Sanatórios, uma estrada de ferro de ligação com Pequim, autoestrada e aeroporto, restaurantes, teatro e grande cinema. Meio milhão de pessoas poderão vi-

ver e frequentar anualmente a nova cidade de veraneio e repouso. As encostas das colinas serão transformadas em bosques de pinheiros, 11 milhões de árvores, dos quais 7 milhões já estavam sendo plantados. Algodoados e pomares enfeitarão a nova paisagem criada pelos 100.000 voluntários, que tiveram em seus acampamentos os grandes líderes e os gloriosos comandantes da Grande Marcha e da construção socialista. A nova cidade, isso não dizia o jovem administrador das obras, estará terminada em grande parte para as comemorações do 10º aniversário da libertação, em 1º de outubro de 1959. E, pelo que vimos, não somente era Chang Ping, mas durante toda a nossa viagem, acreditamos que estará mesmo.

Em Anshan, A nova Capital do Aço

O aço é o sangue da nova China. Neste ano a sua produção será de 10.700.000 toneladas e deverá atingir os 21 milhões, igualando-se à de toda a Inglaterra, antes de 1960. Nos altos fornos das grandes siderúrgicas, nas médias e pequenas usinas e nos 350.000 pequenos e primitivos fornos espalhados por todo o país, as corridas do cobre metal, milhares de serpentes de fogo, cantam a canção da construção socialista.

Anshan, a segunda cidade da Mandchúria, capital do aço, onde chegamos numa manhã de agosto, com 36 graus acima de zero, visitamos uma das 10 grandes usinas siderúrgicas da República, onde trabalham cerca de 1.000 operários. Toda a maquinária, inicialmente fornecida em sua maior parte pela União Soviética, e também pela Tchecoslováquia e Alemanha Oriental, completada posteriormente com as restantes de fabricação chinesa, é ultra-moderna. Dos seus 9 altos fornos corre atualmente uma produção de 4 milhões de toneladas de aço. A produção de ferro é da ordem de 4.300.000 toneladas. Em 1957 a produção anual foi de 2.900.000 toneladas de aço e 3.300.000 de ferro.

Em torno desse Combinado, o maior da China, as pequenas usinas e os fornos tradicionais se multiplicam do dia para a noite. Primitivos e baratos, capazes de serem montados e postos a funcionar em 30 dias, a sua produção global, dos 350.000 em atividade naquele mês de agosto, já era de mais de 2 milhões de toneladas. Atendendo ainda ao apelo do C.C. do Partido Comunista, o povo chinês, na presente fase do «grande salto», se lançou de corpo e alma à batalha do aço. Anshan deu o exemplo e abriu a marcha para a conquista daqueles 21 milhões de toneladas, que dentro de um ano e pouco terão colocado a jovem República Popular na dianteira da Inglaterra no que diz respeito à siderurgia.

Daí para cá, em toda a Mandchúria com suas inexauríveis reservas de minério de ferro e manganês, em todas as cidades da China, os pequenos fornos como que brotam do chão, trabalhados pelos estudantes nos laboratórios das escolas secundárias e superiores, pelos camponeses nas Cooperativas, pelos jornalistas e escritores nas suas horas de folga, pelas mulheres, que os filhos pequenos afastam do trabalho nas fábricas e nos campos, e que se organizam nos bairros e nas ruas onde habitam para a participação na batalha do aço, de cuja vitória depende a rápida passagem à etapa mais avançada da construção socialista.

A Propósito dos "Candidatos Por Conta Própria"

DURANTE a campanha eleitoral, uma das manifestações mais negativas foi, sem dúvida, a dos «candidatos por conta própria». Alguns comunistas concorreram a postos eletivos sem levar em conta a orientação fixada a respeito. Os diversos casos surgidos apresentaram aspectos concretos diferentes, indo desde o registro de candidaturas em desacordo com decisões anteriores até a recusa à retirada de candidaturas já apresentadas e consideradas prejudiciais. Mas, todas essas manifestações revelam, na sua essência, o mesmo conteúdo. Trata-se de condenáveis atitudes personalistas que levaram a uma quebra flagrante da disciplina.

Liu Shao-Tai (Como ser um bom comunista) examina com profundidade o problema das justas relações entre os interesses pessoais e os interesses da organização de vanguarda. O princípio marxista-leninista — salienta — é que os interesses pessoais devem ser subordinados aos interesses da organização de vanguarda, como os interesses parciais aos interesses totais, os interesses temporários aos interesses mais amplos, e os interesses de uma nação aos interesses do mundo em seu todo.

Pelo seu próprio conteúdo de classe, a organização marxista se diferencia radicalmente de todos os partidos políticos burgueses. Além dos interesses da emancipação do proletariado, ela não tem outros interesses ou objetivos próprios. Por isso, o militante comunista não pode agir em função de objetivos personalistas e deve, necessariamente, no caso de divergência, subordinar sempre seus interesses pessoais aos interesses da organização de vanguarda. E o critério pelo qual um militante pode provar sua lealdade à organização marxista e à causa comunista está exatamente na sua capacidade em subordinar de maneira absoluta e incondicional e sob quaisquer circunstâncias seus interesses pessoais aos interesses do movimento revolucionário.

Agiram de acordo com esses princípios os «candidatos por conta própria»? Evidentemente não. Na verdade, deixaram que prevalecessem seus interesses pessoais, orientando-se,

antes de tudo, pelo desejo pessoal de virem a ocupar um cargo eletivo, de exercer um mandato político, de ocupar um posto nas câmaras legislativas.

Não souberam subordinar esse interesse personalista aos interesses do movimento revolucionário expressos na orientação traçada pela organização.

Por outro lado, essa conduta levou a uma quebra flagrante da disciplina, pelo descumprimento das decisões tomadas, o que também significa a violação de um princípio fundamental. O movimento comunista exige a existência não apenas de um destacamento de vanguarda, de um destacamento consciente da classe operária, mas também que esse destacamento seja organizado, com uma disciplina própria, obrigatória para todos. Só assim serão asseguradas a vontade única e a unidade de ação de seus membros. E essa condição é básica para que o destacamento de vanguarda possa dirigir a luta e encaminhá-la para a meta da libertação social da classe operária. Ora, se cada militante tiver o direito de fazer aquilo que entende seja acertado e se coloca, dessa forma, acima das decisões da organização e fora do seu controle, a organização passará a existir apenas formalmente. Na realidade, desaparecerá. Será liquidada. E a classe operária ficará desprovida do único instrumento capaz de assegurar o êxito da luta pela sua emancipação social.

A campanha eleitoral significou, inevitavelmente, o início de mais ativa e mais ampla participação dos comunistas na vida política do país. E na proporção em que foram corrigidos os velhos erros sectários e for aplicada, com maior domínio, a orientação traçada na Declaração de Março, essa participação se tornará ainda mais ampla e ativa. E isso levará a que, nos diversos escalões, se multipliquem os contactos, entendimentos e acordos com as demais forças partidárias. Também por isso, as manifestações personalistas reveladas na campanha eleitoral exigem combate e devem despertar a vigilância revolucionária, ao mesmo tempo que examinadas de um ponto-de-vista ideológico, constituem elementos para o trabalho educativo dos militantes.

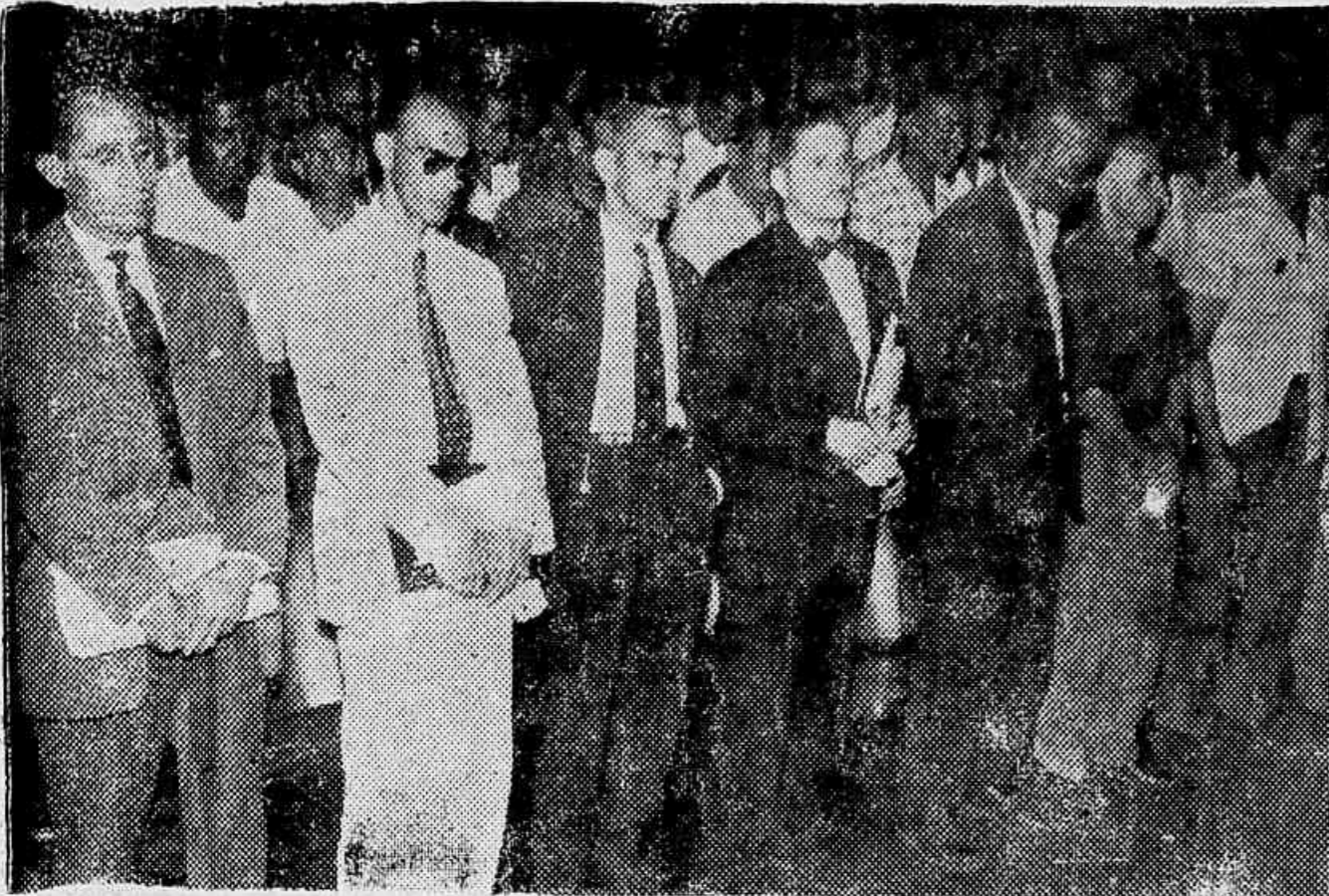
ESTRUTURA - SE A UNIDADE DE AÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS E MARÍTIMOS

Grande assembléia traça novas diretivas para a luta pelo aumento de vencimentos — Repúdio ao Plano do DASP e críticas ao Plano de Estabilização Monetária — Atabela aprovada — Elevação a partir de 1º de dezembro

A luta dos servidores públicos pela Classificação e aumento de vencimentos prosseguirá agora em unidade com os trabalhadores marítimos. A reivindicação é comum também a todos os trabalhadores do mar, pois, se por um lado os marítimos das empresas de navegação autárquicas são servidores públicos, por outro lado, os que trabalham nas empresas de capital particular têm, por lei, o seu salário vinculado ao daqueles e deverão também ser beneficiados pelo aumento que fôr conquistado.

em grande assembléia da Coligação de As-

sacrifícios da população já foram em outras ocasiões sugeridas pelos trabalhadores e novamente lembradas na assembléia do funcionalismo. A taxa direta e fortemente progressiva dos lucros das grandes empresas e sociedades anônimas estrangeiras traria dinheiro em abundância para os cofres da nação. A limitação da remessa de lucros para o exterior, por par-



De pé, numerosa assistência da assembléia dos servidores públicos guardou um minuto de silêncio em homenagem às vítimas da polícia do governador Jânio Quadros, no 30 de outubro último em S. Paulo.

sociedades de Servidores, realizada para discutir as novas diretrizes para a campanha após a rejeição pela Câmara dos Deputados do Plano que o funcionalismo reivindicava, um Conselheiro da Federação Nacional dos Marítimos falou apresentando, como subsídio aos trabalhos da mesma, uma tabela de aumento de vencimentos aprovada em reunião do Conselho de Representantes daquela entidade e levando a adesão dos trabalhadores por ela representados.

REPÚDIO AO PLANO DO DASP

Os servidores repudiam veementemente o Plano do DASP aprovado pela Câmara. Não concordam também com a data de julho de 1959 para início do reajuste salarial a que se refere o Plano de Estabilização Monetária do Governo, bem como o montante do aumento prometido (30 por cento).

O aumento de 30% é insignificante, como demonstram as próprias estatísticas oficiais. A situação nos lares trabalhadores é aflição, enquanto em São Paulo e Florianópolis a polícia faz correr o sangue do povo que protesta. Ao mesmo tempo, o governo, toma medidas que

encaracterão ainda mais a vida e promete o aumento do funcionalismo só para julho do próximo ano.

MAIS IMPOSTOS NÃO RESOLVEM

Os servidores criticam muito justamente as medidas com que o governo pretende enfrentar a situação. O Plano de Estabilização Monetária estabelece novos aumentos de impostos que acarretarão novas altas do custo de vida.

Não é com aumentos de impostos que o governo poderá conseguir um padrão de vida melhor para o povo. Soluções que não exigiriam novos

te dessas mesmas empresas, a valorização das nossas exportações e a conquista de novos mercados, são medidas que melhorariam a situação cambial do país. O congelamento dos preços dos gêneros

de primeira necessidade, tranquilizaria o povo.

AUMENTO A PARTIR DE DEZEMBRO

Entre outras resoluções, a assembléia aprovou uma tabela de aumento de vencimentos em adiantamento ao Plano de Classificação e para ser aplicada a partir de 1º de dezembro próximo. A tabela prevê uma elevação entre 26,5 e 57,8%, estabelecendo percentagens maiores para os vencimentos mais baixos. A média de aumento seria de 46%. O salário-família pleiteado é de 500 cruzeiros. Deverão ser beneficiados também os servidores das autarquias federais, aposentados e pensionistas do Tesouro e do IPASE e o pessoal das verbas globais. Ao Plano de Classificação aprovado pela Câmara foi decidido pleitear, de maneira intransigente, a incorporação dos seguintes princípios:

a) classificação de todos os atuais cargos e funções de extranumerários de todas as categorias, sem qualquer discriminação; b) maior amplitude para as novas carreiras (seriação de classes); c) intervalo de classe de dois níveis; d) estabelecimento do princípio de igual trabalho, igual salário; e) enquadramento do servidor nas funções que realmente venha desempenhando há mais de 2 anos, mediante readaptação e com direito de opção, observado, também, rigorosamente, o princípio de salário igual para trabalho igual; f) instituição de um objetivo sistema de promoções por antiguidade e merecimento, alternadamente; g) valorização do trabalho profissional especializado, técnico e científico; h) não redução de vencimentos básicos; i) extensão do Plano às autarquias, independentemente da respectiva situação financeira; j) estabilidade para o pessoal das verbas globais, com mais de cinco anos de serviço; k) instituição de uma Comissão Paritária de Classificação, para implantação e administração do Plano, constituída, metade, por pessoas livremente nomeadas e, metade, por servidores eleitos pelo funcionalismo.

Por último ficou assentado que as resoluções da assembléia seriam entregues ao Senado, em grande concentração em frente àquela casa do parlamento.

A UDN E OS PROBLEMAS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Roberto Morena

A mais alta direção da União Democrática Nacional resolveu realizar um debate com os dirigentes sindicais de São Paulo, sobre os problemas da Previdência Social. Com esse fim, convocaram uma reunião para o dia 8 do mês corrente, na sede do seu Diretório Estadual. Estiveram presentes o presidente da direção nacional da UDN, senador Juracy Magalhães, o líder da bancada do partido na Câmara dos Deputados, sr. Carlos Lacerda, o deputado Aluizio Alves, que é um técnico em previdência social, deputado Herbert Levy, afóra dirigentes da UDN de São Paulo. Vários líderes sindicais participaram dos debates.

O Sr. Aluizio Alves, que já em 11 de julho de 1947 havia apresentado à Comissão de Legislação Social da Câmara dos Deputados um projeto de Lei Orgânica da Previdência Social, que foi aprovado por esta Comissão na sessão de 11 de novembro de 1947 (já se passaram 11 anos!), fez uma exposição da atual situação em que se encontram os órgãos da Previdência Social. Entre outras coisas, esclareceu que, segundo dados oficiais, até 31 de dezembro de 1956, "as aposentadorias e pensões concedidas, sem incluir todos os demais benefícios e serviços são, em números redondos, da ordem de 105 bilhões de cruzeiros. Dispõe a previdência social — disse o deputado Aluizio Alves — para atender a esses compromissos, de apenas 59 bilhões, donde um déficit da ordem aproximada de 44 bilhões. O grave — acrescentou — é que esses 59 bilhões na realidade também não existem, pois figuram apenas em forma escritural. Não estão nos cofres da previdência social. Por outro lado, arrecadou ela somente 17 bilhões e, de acordo com os cálculos feitos, entre o que realmente dispõe e o que efetivamente arrecadou, sem a ficção escritural, o déficit da previdência é da ordem de 88 bilhões. Baseados nesses dados (de sua exclusiva autoria) o deputado Aluizio Alves, chegou à conclusão de que a previdência social se acha em "estado de insolvabilidade". Os líderes da UDN atiram a responsabilidade de tudo isso aos governos passados e o presente, aos demais partidos, principalmente o Partido Trabalhista Brasileiro, para apresentar, a UDN num plano salvador.

Presente a esse debate, teve oportunidade de recordar, refrescando um pouco a memória do deputado da UDN, que

Acontecimentos da Vida SINDICAL

— Os empregadores da indústria de construção civil do Distrito Federal em grande parte não estão cumprindo o acordo salarial concluído com os empregados em julho deste ano.

— Os padeiros do Distrito Federal reivindicam 25% de aumento, mas querem incluir no acordo que fôr assinado, cláusula estabelecendo que o aumento salarial será concedido sem que haja aumento do preço do pão.

— Com o fracasso da audiência de conciliação, no dissídio coletivo suscitado pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Produtos Químicos contra os empregadores, irá o mesmo a julgamento pelo TRT. Os trabalhadores reivindicam 40%.

— Os trabalhadores na indústria de perfumarias, do Distrito Federal, querem um reajustamento de salário imediato da ordem de 25%. Caso os empregadores não atendam irão a dissídio coletivo com pedido de 50%, com mínimo de 2 mil cruzeiros.

— O presidente da Comissão de Salário Mínimo do Distrito Federal pedirá a substituição dos 2 vogais dos empregadores que faltaram a mais de 3 reuniões consecutivas.

— Os empregadores têxteis até o momento não deram qualquer resposta ao ofício enviado há mais de 15 dias pelo Sindicato dos trabalhadores, pleiteando 25% de aumento.

— Os trabalhadores do açúcar, do Distrito Federal, preparam-se para entrar em greve, caso até o dia 18 deste mês não seja atendida a sua pretensão de aumento de salário.

— O pessoal da CMTC, de São Paulo, encontra-se em assembléia permanente para tratar da luta por aumento de salário e do recebimento dos atrasados relativos a 4 meses do último aumento (de 1.300 cruzeiros) conquistado.

— Reunidos na Associação Paulista de Medicina, os médicos de São Paulo manifestaram o seu repúdio ao ato do prefeito Ademar de Barros, demitindo numerosos médicos que exerciam função pública. Hipotecaram a solidariedade à Sociedade Médica da Municipalidade e aos profissionais atingidos. Enviaram moção ao prefeito para que reconsiderasse o seu ato e um ofício à Câmara Municipal comunicando a decisão da Assembléia.

— Os trabalhadores da construção e do mobiliário de Campinas, Estado de São Paulo, estão em vias de entrar em greve por aumento de salário.

— No dia 6 deste, entrava em seu segundo dia, a greve dos motoristas no Estado do Paraná, imobilizando cerca de 500 caminhões, na luta por 30% de aumento nos fretes.

— Os aeroviários iniciaram campanha nacional por aumento de salário de 35%, com um mínimo de 2.200 cruzeiros e máximo de 7 mil.

RECUARAM OS BANQUEIROS ANTE A AMEAÇA DE GREVE

A campanha salarial dos bancários do Distrito Federal chegou a termo com a conclusão de um acordo entre empregados e empregadores. Em sua última assembléia os empregados manifestaram-se de acordo com a proposta de conciliação apresentada pelo presidente do TRT, cujo teor estabelece 27% de aumento geral, com mínimo de 1.500 cruzeiros e máximo de 5 mil. Contudo, ante a sistemática intransigência dos banqueiros, que já haviam comuni-

cado ao TRT haver desistido dos entendimentos e que aguardariam o julgamento do dissídio coletivo, a assembléia resolveu decretar a greve no dia 12, caso os patrões não recuassem.

No entanto, como os banqueiros em reunião decidiram concordar com a nova proposta, os preparativos para a deflagração da greve foram suspensos. O acordo foi assinado no TRT e terá efeito retroativo a partir de 5 de setembro último.

êles mantivera por muitos anos em suas mãos o andamento do projeto da Lei Orgânica da Previdência Social, evitando-o melhor, impedindo, que se pudesse atacar esses males apontados agora por ele, como por exemplo, a falta de cumprimento por parte do Estado do pagamento de sua parte. Recordei mais: que foi no governo de Café Filho, dominado e dirigido pela UDN, que se cometeu um atentado grave aos direitos dos contribuintes, pensionistas e aposentados dos órgãos da previdência social, quando esse governo vetou o trabalho longamente amadurecido, sem atender aos reclamos de todos os trabalhadores e de todos os órgãos sindicais do país.

Na reunião do Diretório Estadual da UDN, também foram entregues aos parlamentares udenistas as emendas feitas ao projeto de Lei Orgânica da Previdência Social, que ora transita no Senado Federal, para que o mais rapidamente possível seja aprovado. Não procede a declaração dos dirigentes máximos da UDN quando afirmam que tudo deve começar da estaca zero, que não é justo que se ponha em "sola ou se remede" a previdência social. O que não se pode admitir é que a título de se concertar ou fazer tudo de novo se queira, como se faz na realidade, criar ou aumentar as dificuldades à marcha da remodelação, do reajustamento da previdência social, em prejuízo de milhões de contribuintes das próprias finalidades da previdência.

As medidas propostas pela UDN, através de seu programa, podem ser discutidas, pois algumas delas já foram amplamente ventiladas em conclaves de trabalhadores, principalmente as que se referem à contribuição do Estado, à criação dos órgãos de previdência social pelos próprios contribuintes, livrando-as, assim, da interferência das agremiações partidárias, centralização dos serviços médicos e outros benefícios, exclusividade para as pensões e aposentadorias e, inclusive, a possibilidade da criação de um Ministério da Previdência Social. Os trabalhadores não temem o debate. Mas o que desejam é que não se retardem certas medidas propostas e que se comece e se amplie o pagamento das pensões e aposentadorias nos níveis já aprovados em 13 de maio deste ano. Remodelar, melhorar, mas sempre com o objetivo de tornar a previdência social uma realidade e não uma miragem ou deixá-la para as calendas gregas.

INSIDIOSAS MANOBRAS CONTRA A UNIDADE DOS MARÍTIMOS

A Comissão de Enquadramento Sindical quer transformar os operários navais em metalúrgicos — Uma "união" que nasce para dividir — Injustificável campanha contra o Sindicato dos Arrumadores

Já se tornaram evidentes as manobras que, dentro e fora do Ministério do Trabalho, estão sendo feitas para enfraquecer a unidade sindical dos marítimos, fragmentando sua organização e modificando mesmo o atual enquadramento. Tais manobras têm como objetivo quebrar a unidade da organização dos marítimos para diminuir sua combatividade e tornar mais fácil a reação enfraquecida das reivindicações. Interessando, assim, ao movimento sindical no seu conjunto, por atingir a um dos seus mais importantes setores, representa, também, pelo precedente que abre, uma séria ameaça a todos as entidades sindicais.

AFRONTAMENTO DOS OPERÁRIOS NAVAIS
A Comissão de Enquadramento Sindical, do Ministério do Trabalho, na qual pontifica o conhecido inimigo dos trabalhadores Luiz de Andrade Valente, pretende golpear os dos esteios da unidade dos marítimos. Quer afastar o Sindicato dos Operários Navais do grupo de sindicatos ligados à Federação dos Marítimos, passando a enquadrar seus associados entre os metalúrgicos.

O absurdo da medida ressalta logo à primeira vista, fixando a mostra sua verdadeira finalidade. Entre os operários navais os metalúrgicos sequer não constituem a maioria, sendo grande, por exemplo, o número de carpinteiros e estofadores. E o

certo é que, pela natureza da própria empresa, todos se ligam à atividade dos marítimos. Mas, pelo seu número e grau de concentração, os operários navais representam um bloco sólido e estável, fator de unidade dos trabalhadores marítimos. E é exatamente essa unidade que as medidas pleiteadas pela Comissão de Enquadramento Sindical visam atingir. Sem o Sindicato dos Operários Navais, a Federação dos Marítimos perderia seu principal ponto de apoio, com os demais associados dispersos como se encontram, pelos vários portos do país e a bordo de navios.

UMA "UNIÃO" QUE DIVIDE

Sob a inspiração de conhecidos reacionários, entre os quais, ao que se sabe, o senador Filinto Müller teve início um movimento tendente a organizar uma União Nacional dos Marítimos. Aparentemente, trata-se de iniciativa elogável, pois viria a atender a velha aspiração unitária dos trabalhadores do mar. E tanto é assim que operários honestos e bem intencionados foram envolvidos pela idéia. Entretanto, os verdadeiros objetivos dos patrocinadores da iniciativa já transparecem através de sua atuação. Embora pregando a necessidade do surgimento de uma entidade que unifique nacionalmente os marítimos, entregam-se a uma atividade de oposição aos Sindicatos e à Federação dos Marítimos,

combatendo seus dirigentes. Agem, assim, de maneira divisionista e desagregadora, colocando-se a serviço das manobras, contra a unidade dos marítimos.

CAMPANHA MAL ORIENTADA

A União dos Portuários do Brasil e o Sindicato dos Arrumadores não são filiados à Federação dos Marítimos. Mas, trata-se de entidades que representam categorias de trabalhadores cujos interesses se entrelaçam com os daquela corporação. Por isso mesmo, o choque, que está havendo, entre a União e o Sindicato vem a engrossar as manobras contra a unidade dos marítimos.

Ante a conquista, pelos arrumadores, de um considerável aumento de salários, a UPB desenvolve verdadeira campanha, vendo nessa conquista um golpe dos inimigos da continuação do Pôrto do Rio de Janeiro sob o regime de autarquia. O aumento salarial teria sido concedido com a finalidade de criar dificuldades financeiras intransponíveis para o Pôrto, justificando por isso sua transformação em sociedade de economia mista. E se abria mesmo, com essa transformação, a possibilidade de penetração do capital estrangeiro.

Mas, se atrás da concessão do aumento de salários se oculta a intenção de entreguistas, não é o caso de se combater aquela medida e, sim, de se lutar contra a manobra. E, colocada a questão nesses termos, que são os únicos justos, desaparece qualquer motivo de divergências entre a União dos Portuários do Brasil e o Sindicatos dos Arrumadores. Ao contrário, só haveria motivos para que as duas entidades se unissem numa mesma e patriótica luta contra os entreguistas.

A MAIOR COLHEITA DE CEREJAS

A República Federativa Russa (uma das 15 Repúblicas federadas que formam a URSS) conseguiu este ano a maior colheita de cerejas de sua história. Foram entregues, ao Estado pelos trabalhadores agrícolas soviéticos, 1.930.000.000 (1 bilhão, 930 milhões) de puds de cerejas (um pud equivale a 16 quilos). São 553 milhões de puds mais do que no ano passado e quase o dobro da colheita de 1953. Este recorde se deve em grande parte à contribuição das terras virgens aproveitadas nos últimos quatro anos nas regiões dos Urais e da Sibéria. Outro importante fator para o aumento da colheita foram os métodos modernos de mecanização agrícola.

NOVA EDIÇÃO DE "ECONOMIA POLÍTICA"

A imprensa soviética vem de anunciar a saída da terceira edição (revista) do compêndio de "Economia Política". O trabalho de reelaboração da nova edição desta obra coube a uma equipe de economistas soviéticos, entre os quais Ostrovitshnev, membro efetivo da Academia de Ciências da URSS; Li Leonov, membro correspondente da Academia de Ciências; Lepikov, membro efetivo da Academia de Ciências Agrícolas; e outros. O livro contém 630 páginas e custa 10 rublos e 70 copeques.

«DUMPING» SOVIÉTICO NO MERCADO DE ESTANHO ?

Em títulos mais ou menos destacados, certos jornais brasileiros publicaram, há dias, despachos das agências telegráficas sobre um suposto "dumping" da URSS do mercado de estanho. Todavia, os fatos comprovam que também esta informação nada tem de verdadeira.

Que se passa, em verdade? O presidente da entidade soviética de importação, sr. A. Dobriazko, solicitado pela revista "Tempos Novos", fornece uma série de detalhes elucidativos sobre o assunto. Assim, a presença da União Soviética no mercado internacional de metais ferrosos não constitui novidade, pois desde 1955 vem aquele país exportando consideráveis quantidades de cobre, zinco, chumbo, alumínio e também estanho. (Alás, antes de ter início a guerra fria, era a URSS um dos maiores fornecedores de estanho aos Estados Unidos, como um dos maiores produtores mundiais, que é, desse metal).

Entretanto, ao vender suas mercadorias a outros países, sem discriminação de qualquer espécie e tendo em vista fomentar e fortalecer as linhas internacionais de comércio, a União Soviética se atém rigorosamente aos preços internacionais vigentes. No caso do estanho, as partidas soviéticas são oficialmente registradas na Bolsa de Metais de Londres e vendidas, pelos preços oficiais daquela Bolsa. Ora, "dumping" haveria se o estanho soviético fosse vendido a preços inferiores aos internacionalmente vigentes. Desse modo, a atoarda contra a URSS se origina do fato daquele país usar de um direito soberano de

competir, como qualquer outro, no mercado.

Apesar desses fatos, todavia, o "New York Times" escrevia, um mês atrás: "Bolívia, vítima da agressão soviética na América". A Bolívia, como se sabe, é um grande produtor de estanho e presentemente sua produção se apresenta com dificuldades de colocação. A que se deve isto? A um suposto "dumping" soviético? A verdade é bem outra. É que há mais de um ano o mundo capitalista atravessa uma situação de crise econômica. A brusca depressão da atividade de negócios nos Estados Unidos e em vários países da Europa Ocidental conduziu à diminuição da produção industrial e, conseqüentemente, à queda na procura e nos preços de uma série de matérias primas. Em relação ao estanho, particularmente, em considerável superprodução, os preços sofreram brusca redução desde setembro último, quando cessaram as compras do metal para o fundo do Conselho Internacional do Estanho. Os Estados Unidos, grande importador de estanho, sempre recusaram a participar do Conselho e por todos os meios dificultam seu funcionamento. Quanto à URSS, só há pouco tempo se ofereceu para participar do mesmo.

Aí, pois, é que se encontram as raízes e as causas das dificuldades por que atravessam a Bolívia e outros produtores de estanho explorados pelos trustes internacionais e nunca num suposto "dumping" soviético.

DESENVOLVE-SE A FRENTE ÚNICA DO POVO NA PARAÍBA

Ação conjunta de estudantes e operários para a luta pelas reivindicações comuns e pela reforma agrária — Elementos das classes conservadoras apoiam a luta pela revisão do salário mínimo

JOÃO PESSOA, (Do correspondente) — A população paraibana procura muito acertadamente o caminho da frente única como meio mais eficiente para enfrentar e resolver os seus numerosos e difíceis problemas. Assim, nas cidades principais do Estado esboçam-se entendimentos entre representantes das entidades operárias, estudantis e das classes conservadoras em torno das questões que vem preocupando a população.

AÇÃO CONJUNTA DE ESTUDANTES E OPERÁRIOS

Em João Pessoa universitários e trabalhadores intensificam um movimento de frente única através de um maior estreitamento de relações entre as suas respectivas organizações de classe, a fim de lutar por reivindicações comuns. Pretendem realizar amplo trabalho de esclarecimento popular através de debates públicos, palestras, conferências, seminários etc. em torno dos problemas nacionais e regionais. Para o interior do Estado, serão enviados dirigentes estudantis e operários a fim de realizar junto às Associações Rurais e Cooperativas Agrícolas ampla campanha em prol da reforma agrária. Divulgado pela imprensa local, esse plano de ação conjunta de estudantes e operários vem encontrando a mais entusiástica acolhida por parte de todas as camadas populares. Os universitários entraram em contato com o governador do Estado, solicitando-lhe ajuda para levar à prática os empreendimentos projetados.

PELA ELEVAÇÃO DOS SALÁRIOS

Até mesmo o movimento dos trabalhadores pela revisão dos níveis de salários mínimo ganha maior amplitude, conseguindo inclusive a adesão de setores das classes conservadoras. Ao que se

informa, a Associação Comercial de João Pessoa, com o apoio da sua congênera de Campina Grande e outras de vários pontos do Estado, movimentou-se para defender junto às autoridades federais a necessidade da revisão salarial pleiteada pelos trabalhadores de todo o país.

Segundo divulgou a imprensa da capital paraibana, já deve ter se realizado uma reunião conjunta de representantes dos empregadores e líderes sindicais, a fim de debater problemas comuns e com o objetivo de encontrar medidas que possibilitem a revisão salarial.

As Decisões da SUMOC...

(CONCLUSÃO DA 12ª PAG.) do país, como procedeu a SUMOC?

Simplesmente, abriu-lhes o rápido e promissor caminho da burocracia... Lá está na Instrução 106, item II:

"Os casos não atendidos por legislação específica ou não compreendidos nos critérios acima, mas que possam recomendar tratamento espe-

Faleceu em Belo Horizonte

ANTONIO LIBERATO DA SILVA

Faleceu em Belo Horizonte, no dia 27 do mês passado, Antônio Liberato da Silva, mineiro aposentado da Cia. de Morro Velho. Tendo sido um dos fundadores do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração de Ferro de Nova Lima, Antônio Liberato participou sempre destacadamente do movimento sindical daquela cidade e Minas Gerais. Operário de vanguarda, vulto atuante, há mais de 10 anos, nas fileiras do movimento revolucionário, integrou, na legalidade, a bancada comunista eleita para a Câmara de Vereadores de Nova Lima. Antônio Liberato deixou viúva d. Rita de Araújo Silva e quatro filhos menores.

A BATALHA DA DIFUSÃO

AGÊNCIAS RESTABELECIDAS: Bauru e Lins.
AGÊNCIA REDUZIDA: Brasília menos 65%, e Jandaia do Sul menos 50%.
NOVOS ASSINANTES: S. Paulo (1) e Teremos N.O.B. (1) — Mato Grosso.

PAGAMENTOS DE 6/11 a 22/11/58: Campo Grande Cr\$ 500,00; Mandaguari, Cr\$ 250,00; Assis Cr\$ 550,00; Lins Cr\$ 1.000,00; Distribuidora Machuelo Cr\$ 17.000,00; Bauru Cr\$ 200,00; João Pessoa Cr\$ 3.000,00; Jandaia do Sul Cr\$ 500,00; Aracaju Cr\$ 500,00; Belo Horizonte Cr\$ 500,00; Cons. Lafayette Cr\$ 500,00; São Luiz Cr\$ 500,00; Paraíba Cr\$ 120,00; S.J.E. Visconde Cr\$ 730,00; Birigui Cr\$ 500,00; Piracicaba Cr\$ 500,00; Maricá Cr\$ 250,00 e Santos Dumont Cr\$ 200,00.

Lembramos às agências de Campinas, Catanduva, Pombal (EB), Taciba, Angra dos

VOZ OPERÁRIA

DIRETOR
Mário Alves
MATRIZ
Redação: Av. Rio Branco, 257, 17º andar, s/ 1.712 — Tel: 42-7344
Administração e gerência: Av. Rio Branco, 257, 9º andar, sala 905
ASSINATURAS:
Num. avulso mensal: 3,00
Anual: 30,00
Semestral: 15,00
Trimestral: 8,00
Abon. atrasado: 5,00
SICIRSAI
PORTO-ALEGRE — Rua...
66, s/ 43

AS DECISÕES DA SUMOC ATINGEM EM CHEIO A INDÚSTRIA NACIONAL

O Plano de Estabilização Monetária elaborado pelo ministro da Fazenda, foi precedido, segundo palavras do próprio sr. Lucas Lopes, de algumas medidas de natureza cambial consubstanciadas nas duas Instruções 166 e 167 adotadas pelo Conselho da SUMOC, em sessão do dia 4 de outubro último.

Independente da repercussão que essas medidas têm já provocado em diversos setores econômicos do país — inclusive no próprio nível dos preços de artigos de consumo diário da população, tal como o pão — é oportuno salientar o seu reflexo altamente prejudicial no plano da industrialização nacional.

COMO SURTIU O «CUSTO DE CÂMBIO»

Esclarecemos, inicialmente, algo sobre o chamado "custo de câmbio". Quando foi instituído o atual sistema cambial, por meio da Instrução 70, da SUMOC, sistema baseado na licitação de divisas para importação e no pagamento, pelo governo, de bonificações à exportação, ficou estabelecido, simultaneamente, um regime especial para determinadas operações cambiais consideradas altamente essenciais ao desenvolvimento econômico do país. E a Lei 2.145, que criou a CA-CEX e legalizou, por assim dizer, a Instrução 70, consagrou esse regime excepcional, que se traduzia na fixação de uma taxa cambial que representasse a média ponderada das bonificações pagas aos exportadores, acrescida ao valor oficial do dólar ou seu equivalente em outra moeda estrangeira. Essa taxa passou, como foi dito, a prevalecer para as referidas operações de essencial importância para o desenvolvimento econômico do país.

Como as bonificações rece-

bidas pelos exportadores têm sido progressivamente aumentadas, por força da influência negativa da inflação sobre os custos internos da produção das mercadorias enviadas ao exterior, do mesmo modo vem se elevando aquela média que serve de base à fixação do "custo de câmbio", naturalmente somada à taxa oficial do dólar ou seu equivalente. Assim, por exemplo, o "custo de câmbio", que chegou a ser de Cr\$ 28,82, em 54, passou, recentemente, para 80 cruzeiros, desmembrado num ágio de Cr\$ 61,18 e mais Cr\$ 18,82 que correspondia ao valor oficial do dólar.

A expressão "custo de câmbio" significa, assim, uma taxa cambial que o governo fixa para determinadas operações essenciais ao interesse do país, face a cuja aplicação o poder público não auferir lucro nem tem prejuízo, pois as divisas devem ser vendidas precisamente pelo seu custo. Corresponde, portanto, a uma exceção à regra geral do sistema de

- ★ O "custo de câmbio" e seu sentido progressista
- ★ As últimas Instruções são uma guinada para o antiindustrialismo
- ★ Favores às empresas estrangeiras e entraves burocráticos para as iniciativas nacionais

(1.º de duas respostagens)

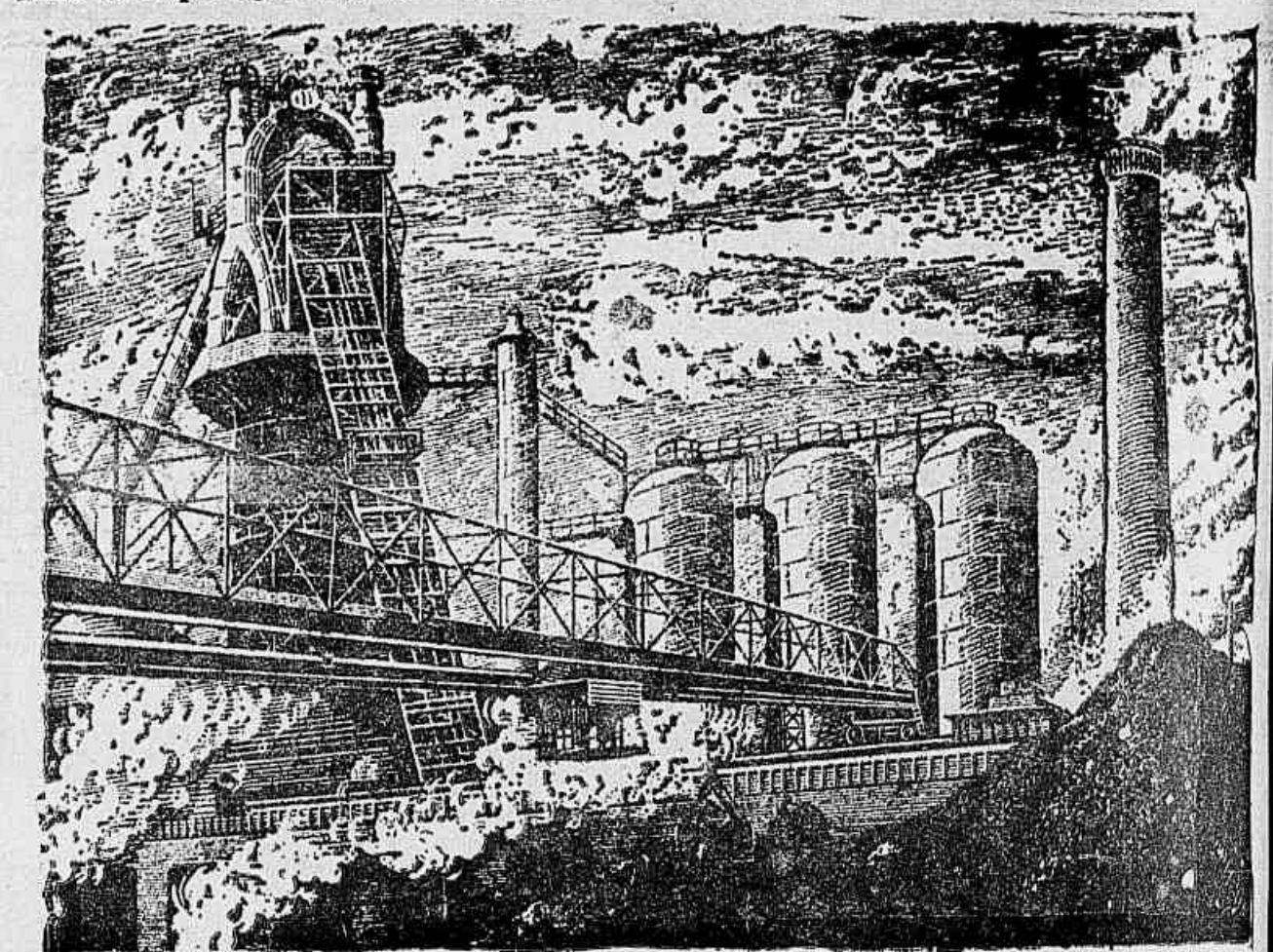
leilão de cambiais nas Bolsas de Valores.

O sentido progressista do "custo de câmbio"

Graças a semelhante favor cambial, o país, nestes últimos anos, tem recebido apreciável impulso em seu processo de industrialização, provocado pela implantação de muitas indústrias básicas que puderam ter os seus equipamentos importados através da citada taxa privilegiada, a despeito de deformações que em muitos casos beneficiam interesses estrangeiros em detrimento dos nacionais. Graças a ele, por exemplo, tem sido possível à PETROBRAS importar crescentes quantidades de equipamentos empregados em seu vasto programa de expansão da indústria nacional do petróleo. É verdade que o "custo de câmbio", como antes ficou claro, vem aumentando progressivamente, mas nem por isso deixa ainda de representar

um incentivo às importações que se realizam à sua sombra. Sobretudo comparada com o nível a que já atingiram as taxas da categoria geral — para não falarmos na especial — vê-se que a taxa do "custo de câmbio" está sensivelmente abaixo daquela pela qual se realizam quase todas as importações dos de-

mais setores que não desfrutam dessa situação excepcional.



Indústrias básicas como a Usina de Volta Redonda (foto) são profundamente atingidas pelas últimas Instruções da SUMOC, de sentido abertamente antiindustrialista.

TRABALHADORES CRITICAM O GOVÊRNO E EXIGEM AUMENTO DE SALÁRIOS

A grande assembleia dos operários paulistas foi um passo para a unidade dos trabalhadores do povo — Grande passeata no dia 28 — Necessidade de uma política nacionalista

SÃO PAULO (Do correspondente) — Representou um considerável passo no sentido da unidade para a luta pelo aumento de salário, pela revisão do salário mínimo e contra a carestia de vida, a assembleia de domingo último, no Círculo Universal. Dezenas de federações, sindicatos, grêmios estudantis, associações de bairro, organizações femininas e populares da capital e do interior fizeram-se representar na assembleia, a que estiveram presentes também o vice-governador Porfírio da Paz, e o deputado federal Frota Moreira, além de diversos deputados estaduais e vereadores. O deputado federal eleito Romano Lossaco, presidente do Pacto de Unidade Intersindical, dirigiu os trabalhos.

Críticas ao Governo

Uma das notas dominantes no transcurso dos debates, foi o tom de crítica aos governos, da União e do Estado, feita pelos líderes em seus discursos. O sr. Luiz Tenório de Lima denunciou como principal fator responsável pela carestia e a desvalorização dos salários e vencimentos a ausência de uma política econômico-financeira que tenha em conta os interesses nacionais e do povo. Criticou particularmente as Instruções 166 e 167 da SUMOC, assim como o Plano de Estabilização Monetária, apresentado pelo ministro Lucas Lopes. Partiu do sr. Luiz Tenório, que falou em nome do Pacto de Unidade Intersindical, a sugestão de se realizar uma passeata-monstro no dia 28 próximo, exigindo do governo medidas concre-

tas contra a carestia de vida.

O governo do sr. Jânio Quadros foi igualmente alvo de duras críticas. O deputado e líder gráfico Rocha Mendes denunciou a duplicidade do governador que, durante a campanha eleitoral, falava em "superavit", mas que agora, em face da exigência de aumento de vencimentos dos funcionários estaduais, quer "jogar nas costas da Assembleia Legislativa a elevação do imposto de vendas e consignações".

UNIR TODO O POVO

Evidenciou-se também, no curso das discussões, como cresce a consciência de que só através da unidade dos trabalhadores e de todas as camadas populares será possível a conquista das reivindi-

cações mais sentidas das massas. A necessidade dessa união foi ressaltada tanto pelos oradores operários como pelos representantes do funcionalismo, das entidades populares e estudantis. Essa unidade — declarou em seu discurso o representante da União dos Estudantes, Ricardo Zarattini — deve ser feita, para que tenha êxito, sob a direção da classe operária.

MEDIDAS APROVADAS

Além da resolução relativa à assembleia do dia 28, foram aprovadas diversas outras resoluções, entre as quais as seguintes: solicitar ao Presidente da República a decretação imediata do salário mínimo na base de 6 mil cruzeiros; reclamar do Senado a aprovação da Lei Orgânica da Previdência Social, com as emendas aprovadas pela Conferência Sindical Nacional; realizar uma convenção intersindical e popular contra a carestia, e a data a ser oportunamente marcada pelo Pacto de Unidade; protestar contra as medidas contidas no Plano de Estabilização Monetária que aumentam os impostos indiretos; reclamar do governo federal a substituição do sr. Lucas Lopes no Ministério da Fazenda, por um elemento patriota e nacionalista; dirigir-se às autoridades exigindo que apurem as responsabilidades pelo massacre de 30 de outubro.

mais setores que não desfrutam dessa situação excepcional.

Quando o Congresso aprovou a Lei 3.244 — a Lei de Tarifas — fez questão de inserir em seus artigos 50 e 51 a declaração expressa de que nenhuma importação seria feita, a partir de então, por uma taxa abaixo daquela que vigorasse para a categoria geral, excepto, apenas, os casos de essencial importância para o desenvolvimento econômico do país, para os quais seria concedido um câmbio favorecido (o "câmbio de custo"). E, dentre esses casos excepcionais, mencionava a Lei de Tarifas o financiamento aos investimentos destinados a promover o progresso das áreas mais atrasadas do Brasil, notadamente do norte e do nordeste.

Entretanto, o que ocorreu com esse regime especial de câmbio, por motivo de sua sensível alteração provocada pela recente Instrução 166 da SUMOC?

Uma guinada para o antiindustrialismo

A Instrução 166, da SUMOC, vem precedida de uma série de argumentos procu-

rentando apresentá-la como medida acertada e de acordo com os interesses do país. Sintetizando a linha principal desse novo dispositivo cambial teremos os seguintes pontos básicos:

- a) enfrentaremos uma forte necessidade de economizar divisas;
- b) o programa governamental de desenvolvimento econômico do país já se acha ou suficientemente atendido, ou bem próximo disto;
- c) os investimentos essenciais do poder público devem passar a ser feitos, progressivamente através dos recursos orçamentários da União, Estados e Municípios;
- d) os investimentos destinados a produzir equipamentos agrícolas, ou para a indústria extrativa, estão muito aquém das nossas necessidades, sobretudo quando se colocar em primeiro plano o objetivo de incrementar as exportações; em vista disso, deve-se conceder, agora, especial incentivo cambial.

essenciais ao desenvolvimento do país, sabido que os recursos orçamentários estão muito aquém do que exigem o avanço industrial do Brasil. Então, se considerarmos as disponibilidades financeiras da maioria dos Estados e Municípios do país, percebe-se, claramente, que o propósito, no caso, foi o de manter a nação atrelada ao sistema de produzir artigos agrícolas de exportação, enquanto a importação de equipamentos indispensáveis à expansão do parque manufatureiro nacional passa a sofrer da sorte de embarcações, dos quais o menor, por certo, não será o elevadíssimo custo da aquisição de divisas nos leilões. O incremento às exportações aparece, assim, desligado ou mesmo em contraposição ao processo de industrialização do país, quando se sabe perfeitamente que só firmado numa poderosa indústria de base será o Brasil capaz de afirmar-se como nação efetivamente emancipada no plano econômico.

Dois pesos e duas medidas

Além disso, no próprio texto como a Instrução passou a encerrar os investimentos mercedores de câmbio favorecido, observa-se a aplicação do sistema de dois pesos e duas medidas.

Com efeito, a SUMOC considera em condições de receber "câmbio de custo", as operações capituladas pela

Vê-se, portanto, que há um indistigável sentido antiindustrialista naquela Instrução, traduzido não apenas na implícita recusa de favor à esmagadora maioria dos setores da indústria nacional — aí incluída a Usina de Volta Redonda — como pela enfática defesa dos investimentos orientados para a agricultura, notadamente a agricultura de exportação, sob a forma de produtos vegetais "in natura". Quando se trata de equipamento industrial é para extração de minério, pois o Brasil figura como celeiro de ferro e manganês para os Estados Unidos. O famoso relatório da Missão Abbinck deve ter constituído inestimável subsídio à formulação dessa Instrução.

Por outro lado, considerar que estão atendidas as necessidades do governo no seu programa de metas, ou o que é pior, transferir progressivamente, o muito que falta ainda desses investimentos, e outros tantos que se vão suceder, para os orçamentos da União, Estados e Municípios, significa, sem mais palavras, escamotear a realidade do nosso processo econômico — no que toca às suas imensas solicitações de investimentos básicos — e condenar ao fracasso as inversões

própria Lei de Tarifas que já haviam sido objeto de Instruções anteriores daquele órgão, ao tempo em que acrescentou novas áreas de investimentos essenciais, como as importações de equipamentos, peças e sobressalentes que os acompanham, sem similar nacional, que se destinem:

- a) à fabricação de máquinas agrícolas de indiscutível utilidade para o país;
- b) à instalação de silos e frigoríficos, estes quando plenamente justificados pela exploração do frio industrial;
- c) à fabricação de fertilizantes inseticidas e semelhantes de aplicação exclusiva nas atividades agropecuárias;
- d) à produção, transmissão e distribuição de energia elétrica por entidades concessionárias de serviços públicos, enquanto as receitas previstas não sejam reajustadas por determinação do poder concedente, de maneira que se torne dispensável o subsídio cambial; e) à produção de cálcio mineral.

Para todas essas importações acima citadas, o "custo de câmbio" é automaticamente assegurado. Mas, para as importações destinadas a fomentar o desenvolvimento das regiões mais atrasadas (CONCLUI NA PÁG. 11)